

RIO PARANÁ ENERGIA S.A.



Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2021



Senhores acionistas e debenturistas,

A Administração da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia" ou "Rio Paraná"), subsidiária da CTG Brasil, submete à apreciação dos senhores o relatório das principais atividades no exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) da Aneel. Este relatório cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e segue as recomendações do Parecer de Orientação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 15/87. As Demonstrações Contábeis foram submetidas à revisão independente, prestada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), atendendo à Instrução CVM nº 381/03. Também em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Contábeis, assim como pessoas a ela ligadas, não prestaram quaisquer outros serviços que não sejam os de auditoria externa. O desempenho econômico, social e ambiental da Rio Paraná é divulgado de forma consolidada no Relatório de Sustentabilidade da CTG Brasil, documento elaborado de acordo com as Normas GRI e que abrange indicadores socioambientais estabelecidos pela Aneel.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paraná Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Paraná Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através da Resolução Normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

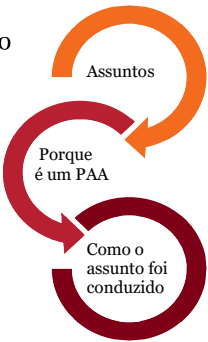
Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Rio Paraná Energia S.A. a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.



Rio Paraná Energia S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisões para riscos e contingências passivas (Nota 15)

A Companhia apresenta provisões para riscos decorrentes de processos tributários e, principalmente, passivos contingentes relativos a questões ambientais e tributárias, inerentes ao curso normal dos seus negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos.

Para as questões ambientais, as Ações Cíveis Públicas estão em andamento e os pedidos envolvem suposta inobservância de preceitos legais relativos a edificações irregulares, a necessidade de recuperação de áreas e reflorestamentos, bem como compensação de qualquer dano eventualmente causado por ocupação irregular.

Dada a natureza e o estágio dos processos, a diretoria, com o apoio de seus assessores jurídicos, nem sempre consegue estimar com razoável segurança o valor das causas, embora consiga efetuar o prognóstico se a perda é provável, possível ou remota.

Dadas as inerentes limitações em processos dessa natureza, bem como os potenciais eventuais efeitos nas demonstrações financeiras, consideramos essa área como uma área de foco em nossa auditoria.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais, o registro contábil da provisão para riscos e a divulgação das contingências.

Adicionalmente, avaliamos a competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia e analisamos os critérios e premissas utilizados para mensuração, reconhecimento e divulgação dos valores. Efetuamos reuniões com a diretoria e assessores jurídicos internos para discutir os processos e obtivemos confirmação formais desses processos diretamente com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de observar a classificações de risco de perda e a completude das informações, bem como confrontamos com dados e informações históricas disponíveis.

Consideramos que as divulgações efetuadas sobre o tema são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e demais informações obtidas.



Rio Paraná Energia S.A.

Outros assuntos

A Rio Paraná Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos nosso correspondente relatório de auditoria independente, com data de 25 de fevereiro de 2022, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.



Rio Paraná Energia S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis regulatórias do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria.



Rio Paraná Energia S.A.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2022

PricewaterhouseCoopers

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Adriano Formosinho
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA:78278562504
CPF: 78278562504
Signing Time: 25 February 2022 | 22:37 BRT
ICP-Brasil
Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Sumário

Relatório de Administração	9
Mensagem da Administração.....	9
Perfil da Companhia	11
Governança corporativa.....	13
Gestão de riscos e controles corporativos	15
Inovação	16
Contexto regulatório.....	17
Conjuntura econômica e setorial.....	18
Desempenho operacional	20
Desempenho econômico-financeiro.....	23
Sustentabilidade	29
Audidores independentes	35
Demonstrações contábeis regulatórias	36
Balancos patrimoniais.....	36
Demonstrações do resultado	38
Demonstrações do resultado abrangente	39
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	39
Demonstrações dos fluxos de caixa	40
Demonstrações do valor adicionado.....	41
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020	42
1. Informações gerais.....	42
2. Apresentação das demonstrações financeiras.....	48
3. Principais práticas contábeis	50
4. Gestão de riscos do negócio	51
5. Caixa e equivalentes de caixa	54
6. Concessionárias e permissionárias.....	55
7. Tributos a recuperar / recolher	57
8. Depósitos judiciais.....	57
9. Imobilizado	58
10. Intangível	60
11. Fornecedores	62
12. Encargos setoriais.....	62
13. Empréstimos	64
14. Debêntures	65
15. Provisões para riscos.....	68
16. Dividendos a pagar	71
17. Juros sobre capital próprio a pagar.....	71
18. Partes relacionadas	71
19. Patrimônio líquido	73
20. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede	74
21. Custos gerenciáveis – Parcela “B”	76
22. Custos e despesas de benefícios a empregados.....	76
23. Resultado financeiro	77
24. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos.....	77
25. Lucro por ação	78
26. Instrumentos financeiros	79
27. Seguros.....	80
28. Compromissos	81
29. Demonstração de resultado do exercício segregado por atividade.....	81
30. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário ..	82
Membros da Administração	87

Mensagem da Administração

O ano de 2021 se mostrou um ano totalmente atípico e muito desafiador. O Brasil enfrentou uma crise hídrica sem precedentes, registrando o pior cenário hidrológico dos últimos 91 anos (desde o início das medições). Além disso, verificou-se uma alta volatilidade dos indicadores macroeconômicos, com alta dos índices de inflação e, também, das taxas de juros.

A Rio Paraná atuou desde o início dessa crise com extrema colaboração com os órgãos institucionais e responsabilidade no gerenciamento dos impactos nas operações das suas usinas. Estabelecemos o Comitê Interno de Crise para planejar as medidas a serem tomadas e articular o diálogo com as autoridades competentes na busca de soluções. Quando houve necessidade de reduzir paulatinamente a vazão na usina hidrelétrica (UHE) Jupiá, estruturamos uma rede de monitoramento envolvendo helicópteros, drones, barcos e equipes dedicadas (ações implantadas dentro da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Governo Federal – CREG).

A Companhia, pelo seu modelo de concessão, comercializa 70% da garantia física das suas usinas no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) por meio do regime de quotas e, nessa porção do portfólio, não enfrentou os efeitos do fator do risco hidrológico (GSF). Já na porção dos 30% da garantia física comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), sofreu os impactos negativos do GSF e, também, da alta dos preços de energia no mercado de curto prazo (PLD), em virtude do acionamento pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) do parque de geração térmica dentro do contexto da escassez de chuvas.

Em termos de produção de energia, foram gerados 14,9 mil GWh no total bruto, representando uma redução de 30% na comparação com os volumes do ano de 2020.

Acerca dos indicadores financeiros, considerando os enormes desafios já mencionados, a Rio Paraná apresentou uma ótima performance de resultados. O Ebitda totalizou R\$ 2,6 bilhões, representando um aumento de 7,1% na comparação com o ano anterior, e o Lucro Líquido apurado foi de R\$ 1,2 bilhão, ou 136,7%, superior ao desempenho de 2020.

Um destaque positivo e que contribuiu para os resultados do ano de 2021, foi a conclusão do Acordo do GSF. A partir da homologação dos valores pela ANEEL e CCEE, foi possível o reconhecimento de um Ativo Intangível relativo à extensão do prazo de concessão das Usinas Jupiá e Ilha Solteira de aproximadamente 10 meses, tendo como contrapartida o lançamento no resultado de um efeito positivo não recorrente de R\$ 147,9 milhões referentes à recuperação com custos incorridos com compra de energia nos anos anteriores.

O compromisso da Companhia com uma gestão sustentável de excelência foi reconhecido com a certificação da Rio Paraná nas normas ISO 9001 (qualidade), 14001 (meio ambiente), 45001 (saúde e segurança) e 55001 (gestão de ativos). Essa conquista representa um marco na evolução de nossas práticas, um trabalho amparado na busca incessante pela melhoria contínua, na padronização de processos e no aprimoramento dos controles.

No âmbito das operações, um dos desafios foi a continuidade do projeto de modernização, com a conclusão de três unidades geradoras no ano e o início da substituição de 60 transformadores de correntes. Mantivemos todos os protocolos de distanciamento social e prevenção à Covid-19, garantindo também o isolamento entre as equipes do projeto e aquelas responsáveis pela Operação & Manutenção dos ativos.

O compromisso com a segurança, nosso valor número 1, impulsionou a elaboração do Plano Corporativo de Evolução da Cultura de Segurança, com ações estruturantes a serem implementadas até 2023. No ano, registramos seis acidentes, sendo todos eles sem a necessidade de afastamento dos profissionais envolvidos.

Também merece destaque no período o crescimento de 23,5% dos investimentos sociais da Companhia, direcionados a projetos selecionados pelo o 2º Edital de Recursos Incentivados para o Desenvolvimento Local. Além disso, pelo segundo ano consecutivo, as operações da Rio Paraná foram carbono neutro, com 100% de suas emissões diretas de gases de efeito estufa neutralizadas.

Consciente da responsabilidade que possui, uma vez que suas duas usinas são responsáveis por praticamente 3% da capacidade instalada de geração de energia no Brasil, a Rio Paraná reafirma seu compromisso de gerar energia limpa para o país e continuar investindo na eficiência das suas operações, bem como na sustentabilidade de seu negócio, contribuindo para o desenvolvimento nacional.

Evandro Leite Vasconcelos

Presidente da Rio Paraná

Perfil da Companhia

A Rio Paraná controla e opera duas usinas hidrelétricas (UHEs) – Ilha Solteira e Jupia – no Rio Paraná, entre os Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul. Esses ativos somam uma capacidade instalada de 4.995,2 MW, o que equivale a 2,8% da potência total instalada no Brasil.

A UHE Ilha Solteira é a sexta maior usina hidrelétrica do Brasil e a maior nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Possui 20 unidades geradoras e está localizada entre os municípios de Ilha Solteira (SP) e Selvíria (MS). Com 1.230 km² de área de reservatório e 5,6 km de extensão de sua barragem, essa usina desempenha importante função no controle de tensão e frequência do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A UHE Jupia (Engenheiro Souza Dias), com 14 unidades geradoras, situa-se entre as cidades de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS) e dispõe de uma eclusa, que possibilita a navegação e a integração hidroviária entre os rios Paraná e Tietê.

Desde 2017, a Companhia vem conduzindo um projeto de modernização dessas usinas com investimentos da ordem de R\$ 3 bilhões e que deverá ser concluído até 2038. Trata-se de um esforço sem precedentes no país, que modernizará as 34 unidades geradoras de energia, estendendo sua vida útil e servindo de referência para o setor elétrico brasileiro.

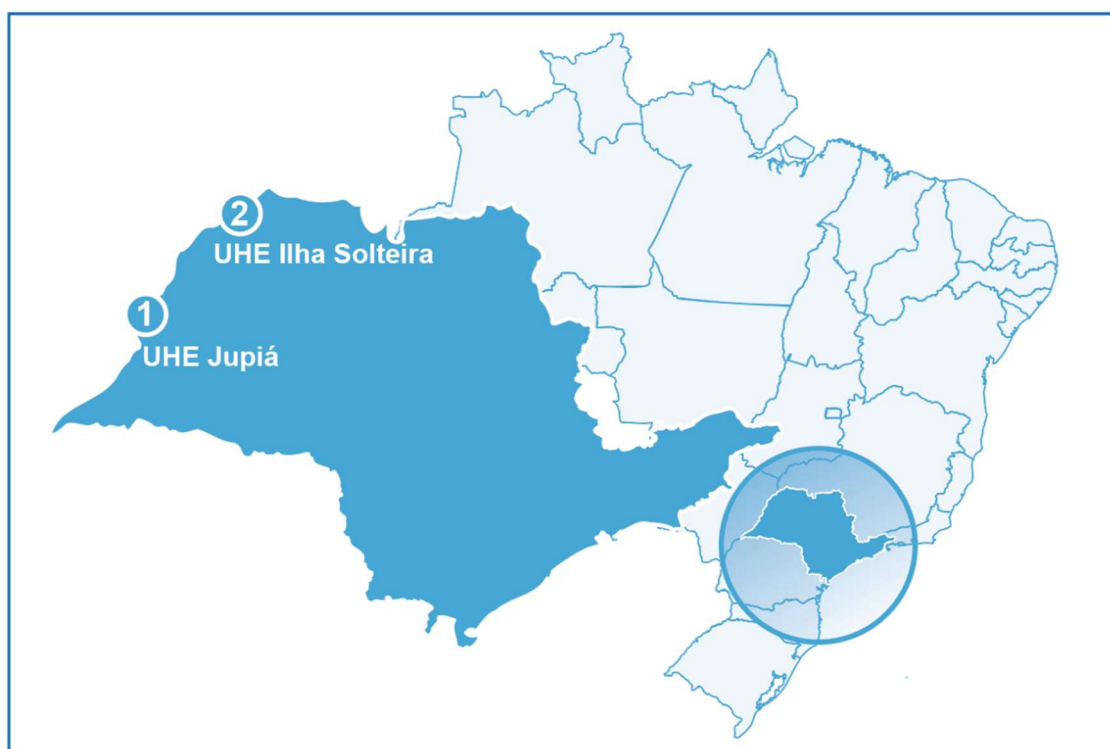
A Rio Paraná é uma subsidiária direta da CTG Brasil, segunda maior geradora privada de energia do país. As atividades de suporte são realizadas pela CTG Brasil, em conformidade com o Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Adicionalmente, a CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda., que possui sua sede e Centro de Serviços Compartilhados em Curitiba, prestou serviços à Companhia por meio de um Contrato de Prestação de Serviços, também aprovado pela Aneel, até novembro de 2021.

A estratégia da Companhia é norteada por quatro direcionadores, que foram definidos corporativamente pela CTG Brasil. O primeiro é a excelência operacional, que significa operar as usinas com os mais altos padrões de qualidade e segurança e conduzir todos os processos de acordo com as melhores práticas de mercado, buscando soluções simples e ágeis. O segundo é a disciplina financeira, no qual a Companhia deve estabelecer uma cultura de eficiência e austeridade, garantindo que todos os processos e iniciativas visem a criação de valor. O terceiro *driver* é a eficiência comercial, em que a Rio Paraná usará soluções inovadoras para otimizar a relação entre risco e retorno nas vendas de energia. E, por último, o crescimento sustentável, que sugere o desenvolvimento de competências e o uso das vantagens competitivas para o crescimento e fortalecimento do negócio.

Parque gerador da Rio Paraná

Nome	Entrada em operação	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MWmed)	Vencimento da concessão
UHE Ilha Solteira	1973	3.444,0	1.731,5	2047
UHE Jupia	1969	1.551,2	889,2	2047

Mapa de operações da Rio Paraná



Diretrizes de atuação

Definidos pela CTG Brasil em 2019 e aplicáveis à Rio Paraná, o Propósito (“Desenvolver o mundo com energia limpa em larga escala”) e os Valores (Priorizamos a vida; Pessoas são a nossa energia; Integridade, sempre; Excelência em tudo; e Inovamos para transformar) são ponto de partida para os instrumentos normativos da Companhia.

O Programa Corporativo de Compliance, aplicável à Rio Paraná, assegura o cumprimento dessas diretrizes e do Código de Ética e Conduta nos Negócios, por meio de um conjunto de iniciativas em capacitação e comunicação, investigação de denúncias e *due diligence* em fornecedores, parceiros de negócios e operações de fusões e aquisições. Com essa configuração, o Programa de Compliance torna-se aliado para a tomada de decisão informada, agregando valor ao negócio e preservando a agilidade na condução das atividades das diversas áreas.

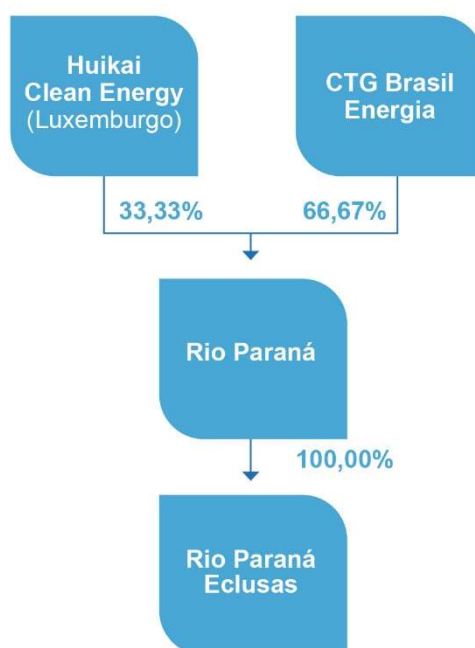
Os treinamentos de *compliance* abrangem 100% dos colaboradores. O Canal de Ética, aberto a todos os públicos da Companhia para o recebimento de denúncias, é gerenciado por empresa especializada e possui fluxo determinado para a adequada e imparcial investigação de todas as manifestações. Em relação às avaliações de fornecedores e parceiros, cabe destacar que essas análises envolvem não apenas a pessoa jurídica, mas também informações de base de dados públicas sobre os sócios que formam o capital da entidade.

Governança corporativa

Constituída conforme a Lei de Sociedades Anônimas, a Rio Paraná é controlada pela CTG Brasil, que detém 66,67% de seu capital, e conta também com a Huikai Clean Energy como acionista, com 33,33% do capital. Em março de 2021, a Companhia concluiu seu processo de registro como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para a categoria “B”, equiparando-se em termos de governança às melhores práticas de mercado, permitindo o acesso a uma gama maior de investidores em operações financeiras e fortalecendo sua imagem institucional perante credores.

O Conselho de Administração da Rio Paraná é formado por seis membros, sendo dois deles indicados pelo sócio minoritário. Os integrantes da Diretoria Executiva são indicados pelo Conselho de Administração, cuja instalação ocorre a pedido dos acionistas durante a Assembleia Geral Ordinária.

Estrutura societária



Composição do Conselho de Administração da Rio Paraná

Nome	Cargo
Jianqiang Zhao	Presidente
Yujun Liu	Membro
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho	Membro
Jose Renato Domingues	Membro
Cao Xingyang	Membro
Zhigang Chen	Membro

Composição da Diretoria Estatutária da Rio Paraná

Nome	Cargo
Evandro Leite Vasconcelos	Diretor-Presidente
Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Marcio José Peres	Diretor
Anderson Vitor Pereira Tonelli	Diretor
Cesar Teodoro	Diretor
Yan Yang	Diretor

Gestão de riscos e controles corporativos

O monitoramento dos riscos que podem interferir na capacidade da Rio Paraná de desenvolver e gerar valor com seus negócios é realizado de forma transversal, com o apoio de uma área de Gestão de Riscos Corporativos (Enterprise Risk Management) que se baseia em metodologias reconhecidas internacionalmente para essa gestão (ISO 31.000 e COSO). A matriz de riscos da Companhia, definida corporativamente pela CTG Brasil em 2020, reúne 22 riscos, distribuídos em: Financeiros, Operacionais; de Mercado; de Compliance/Regulatórios; de Reputação; e Estratégicos.

- **Risco hidrológico** | A Rio Paraná minimiza sua exposição a esse risco, intrínseco ao setor de geração hidrelétrica, por meio da atuação das áreas de Risco de Portfólio, Planejamento Energético e da Operação, estruturas internas que avaliam cenários futuros para a disponibilidade hídrica e sugerem às áreas comerciais estratégias de proteção.
- **Riscos operacionais** | O Plano de Segurança de Barragens (PSB) abrange as duas usinas da Rio Paraná e inclui, entre outros instrumentos, o Plano de Ação de Emergência (PAE). Além disso, o Sistema de Operação em Situação de Emergência (SOSEm) estabelecido nas operações define as medidas para a segurança das barragens e proteção das comunidades, incluindo reuniões periódicas de divulgação aos públicos locais.
- **Riscos financeiros** | Uma parcela desses riscos é amparada por uma carteira de seguros que leva em consideração a natureza e o grau de severidade, visando eliminar ou mitigar eventuais perdas. As principais coberturas de seguros abrangem riscos operacionais, responsabilidade civil geral, ambiental e de executivos e proteção de dados e responsabilidade cibernética. A gestão financeira é regida por políticas próprias, incluindo o monitoramento dos principais índices macroeconômicos e setoriais que impactam a gestão do caixa e da dívida.
- **Riscos de contraparte** | A Companhia monitora os *ratings* de crédito de todos os clientes do Mercado Livre através de metodologia própria, embasada em informações de mercado e financeiras, visando mitigar eventuais perdas decorrentes de inadimplência.
- **Riscos de conformidade** | A Companhia avalia continuamente os riscos de conformidade no contexto dos seus negócios e os endereça por meio do Programa Corporativo de Compliance, composto por ações de comunicação e treinamento, *due diligence* em processos de contratação (fornecedores e clientes), de M&A e de doação, investigação de denúncias recebidas pelo canal Linha Ética e análise de conflito de interesses, entre outros.

A Rio Paraná está envolvida na implementação de um novo sistema integrado de gestão empresarial (Enterprise Resource Planning – ERP) da CTG Brasil, cuja primeira fase foi concluída em 2021. Até 2022, será concluída a segunda fase, com a entrada de módulos adicionais, sobretudo no âmbito de gestão de pessoas. Entre os principais ganhos obtidos com a iniciativa está a adoção de tecnologia de ponta, em linha com as melhores práticas de mercado.

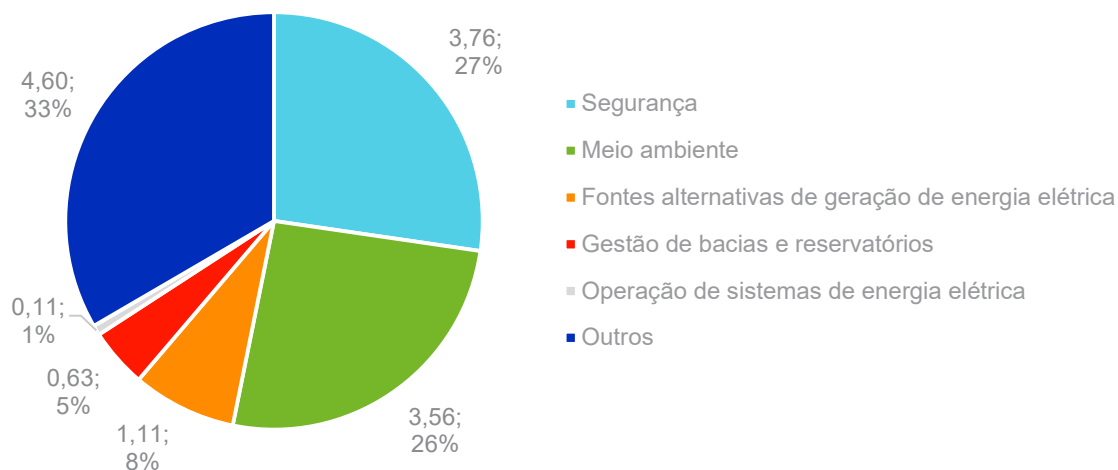
Inovação

Na Rio Paraná, as iniciativas de inovação e pesquisa e desenvolvimento (P&D) estão direcionadas às alavancas de valor do negócio e os objetivos da estratégia corporativa. Em 2021, a Companhia revisou seus processos de seleção e priorização de projetos para investimentos, tendo como foco a estruturação de chamadas públicas, o alinhamento dos temas de pesquisa com a estratégia da Companhia e a interação contínua com o ecossistema de inovação.

Um dos destaques do período foi a continuidade de um projeto para a avaliação de desempenho de tecnologias fotovoltaicas. Maior iniciativa individual de P&D da Companhia, com R\$ 8 milhões investidos, tem como diferenciais as parcerias estruturadas para sua implementação. Até 2022, a fase 1 do projeto avaliará as condições de produtividade de painéis fotovoltaicos bifaciais em cinco locais distribuídos pelo país, além de testar esses resultados em uma usina laboratório para avaliar sua aplicabilidade em larga escala.

Em 2021, os recursos aplicados em P&D da Companhia somaram R\$ 13,7 milhões, montante 8% maior do que o verificado no ano anterior. Mais da metade desse total foi direcionado em projetos de meio ambiente e segurança. Para saber mais sobre os projetos no ano, [clique aqui](#) e acesse o site institucional da CTG Brasil.

Recursos de P&D por linha de pesquisa (R\$ milhões)



Contexto regulatório

A crise hídrica sem precedentes vivenciada pelo Brasil em 2021, com os menores níveis de hidrologia desde o início das medições há 91 anos, afetou tanto as companhias do setor elétrico quanto as entidades reguladoras. Com o agravamento dos níveis dos reservatórios, o governo acionou o parque das termelétricas e atuou por meio dos ministérios, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) a fim de mitigar os impactos da crise. A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) foi instituída pela Medida Provisória nº 1.055/2021 em junho de 2021 e vigorou até novembro de 2021, estabelecendo resoluções excepcionais para gestão da crise.

A Rio Paraná adotou desde o início uma postura de colaboração e responsabilidade para gerenciar os impactos da crise hídrica em seus negócios e contribuir com medidas que aliviassem o Sistema Interligado Nacional (SIN) como um todo. Corporativamente, foi instalado um Comitê de Crise para discutir as medidas a serem tomadas, formado por representantes de diversas áreas que avaliavam em conjunto as demandas do Ministério de Minas e Energia (MME), da Aneel, do ONS e da ANA.

Em alinhamento com essas entidades, a Companhia reduziu a vazão na usina Jupia, tomando todos os cuidados para evitar impactos significativos ao meio ambiente. A Rio Paraná também manteve o diálogo amplo com as comunidades locais sobre os impactos nos reservatórios.

Também em razão das resoluções emitidas pela CREG, o nível do reservatório na usina Ilha Solteira foi reduzido a um patamar emergencial, porém em desacordo com a outorga emitida à época do licenciamento da unidade pela ANA. Em dezembro, um Termo de Compromisso tripartite, entre CTG Brasil (controladora da Rio Paraná), ONS e ANA, definiu medidas para restabelecer o nível do reservatório conforme a outorga até o fim de 2022, além de ações de mitigação e compensação a serem implementadas até essa data.

Outro marco que merece destaque em 2021 foi a homologação do Acordo GSF. Essa sanção deu solução definitiva às perdas financeiras das geradoras decorrentes de efeitos não hidrológicos incorporados ao Fator de Ajuste da Garantia Física (Generation Scaling Factor – GSF) ao longo dos anos. As empresas que aderiram ao Acordo quitaram seus débitos em aberto no mercado de curto prazo e obtiveram, como contrapartida, a extensão do prazo de concessão das usinas hidrelétricas (UHEs) elegíveis.

Os efeitos para a Rio Paraná não haviam sido considerados em 2020, pois a Companhia não dispunha de parâmetros para calcular previamente uma estimativa satisfatória dos valores de ressarcimento. O reconhecimento em 2021 envolveu a contabilização de um ativo intangível de R\$ 147,9 milhões referentes à extensão das concessões das UHEs Ilha Solteira e Jupia por aproximadamente 10 meses, tendo como contrapartida um efeito positivo no resultado como recuperação dos custos de compra de energia dos anos anteriores.

Conjuntura econômica e setorial

A pandemia de Covid-19 continuou a impactar a atividade econômica do Brasil em 2021, especialmente no primeiro semestre. Além dos seus efeitos, o país enfrentou um cenário de volatilidade dos indicadores macroeconômicos, com destaque para a elevação da inflação e a consequente alta de juros. Conforme dados do IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou expansão de 4,1% no período, considerando uma prévia do Banco Central, divulgada em 11 de fevereiro de 2022. A taxa básica de juros (Selic) encerrou o ano em 9,25%, e a inflação do período, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi de 10,06% – maior acumulado em um ano desde 2015 –, enquanto a inflação medida pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) foi de 17,78%.

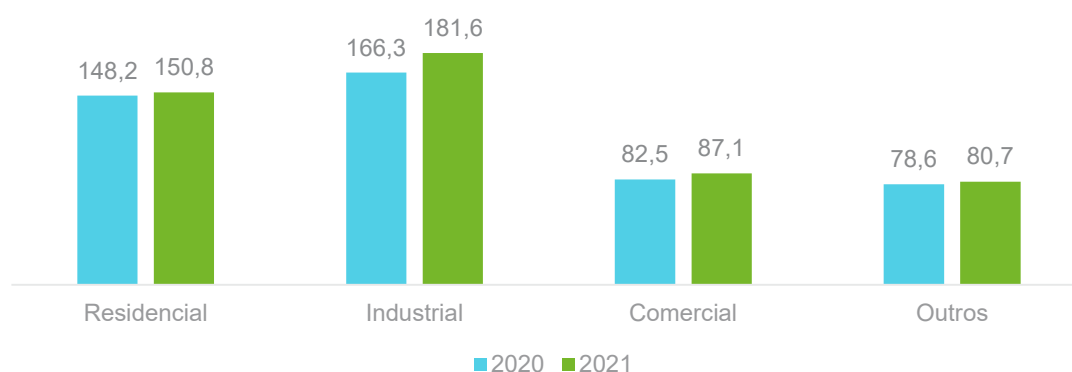
A valorização do dólar frente ao real alcançou patamares elevados e apresentou bastante volatilidade no decorrer do ano. Na comparação entre as posições finais dos dois anos, a cotação da moeda estrangeira passou de R\$ 5,20 no final de 2020 para R\$ 5,58 no fim de 2021. A Rio Paraná está exposta à variação cambial por conta da dívida mantida em dólar com a CTG Luxemburgo (partes relacionadas).

Indicadores macroeconômicos

%	2021	2020
IGP-M	17,78%	23,14%
IPCA	10,06%	4,52%
Taxa de câmbio (USD)	5,5805	5,1967
Taxa Selic	9,25%	2,00%

Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia elétrica no Brasil totalizou 500,2 mil GWh em 2021, um aumento de 5,2% em relação ao ano anterior. Todas as classes registraram crescimento no período, merecendo destaque o setor industrial, com alta de 9,2%. Na avaliação por ambiente de comercialização, o mercado livre continuou a receber novas organizações que comprem sua energia diretamente de geradores e comercializadores. De acordo com boletim da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel), o mercado livre reunia mais de 9,8 mil consumidores, um aumento de 26% em relação a 2020.

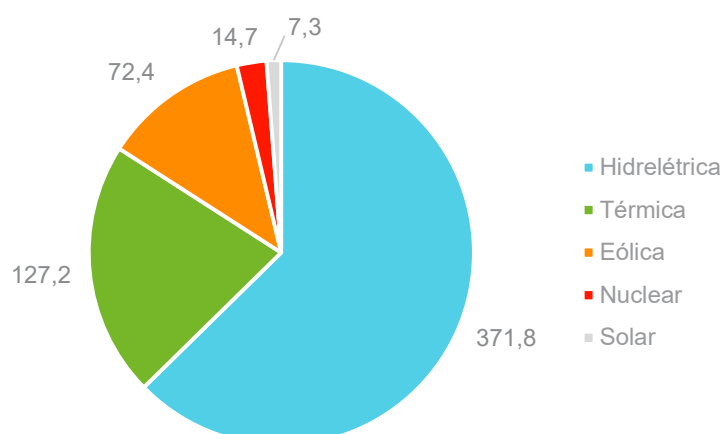
Consumo de energia elétrica no Brasil por classe (mil GWh)



As usinas hidrelétricas, responsáveis por 58,1% da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil, operam de forma centralizada e comandada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). A entidade, responsável pela coordenação e operação do Sistema Interligado Nacional (SIN), avalia diversos parâmetros climáticos e operacionais (como a segurança hídrica) para ordenar a geração de energia.

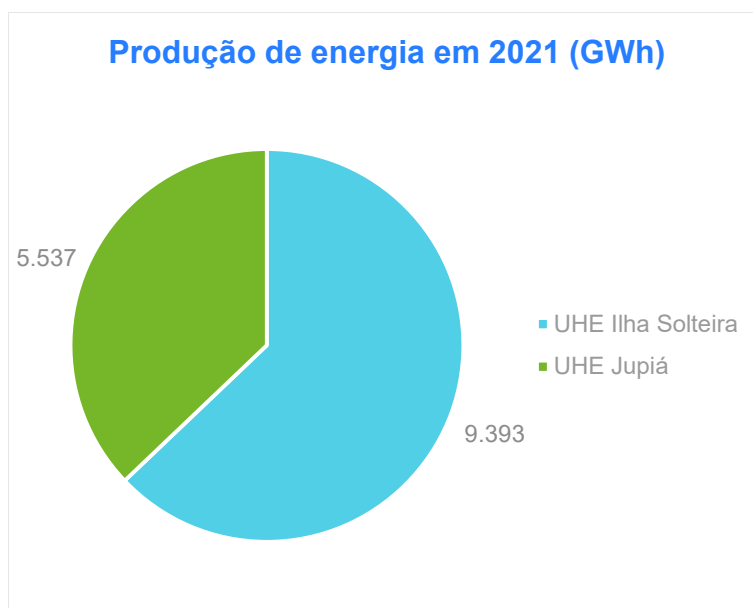
As hidrelétricas sujeitas ao despacho centralizado do ONS compõem o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), uma espécie de condomínio em que a maior produção de uma usina compensa a geração inferior das outras. Em 2021, essas usinas foram responsáveis pela geração de 70% da energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). O acionamento mais intenso das térmicas, devido às condições hidrológicas, levou a um crescimento de 32% na geração dessa fonte.

Energia gerada no SIN por fonte em 2021 (mil GWh)



Desempenho operacional

A geração bruta de energia elétrica das usinas no portfólio da Rio Paraná totalizou 14.930,4 GWh em 2021, uma redução de 30% na comparação anual devido à severa crise hídrica vivenciada pelo Brasil no ano. A disponibilidade do parque gerador foi de 94,05%, sendo que as duas usinas estão acima dos índices de referência previstos na regulação do setor.



Produção de energia

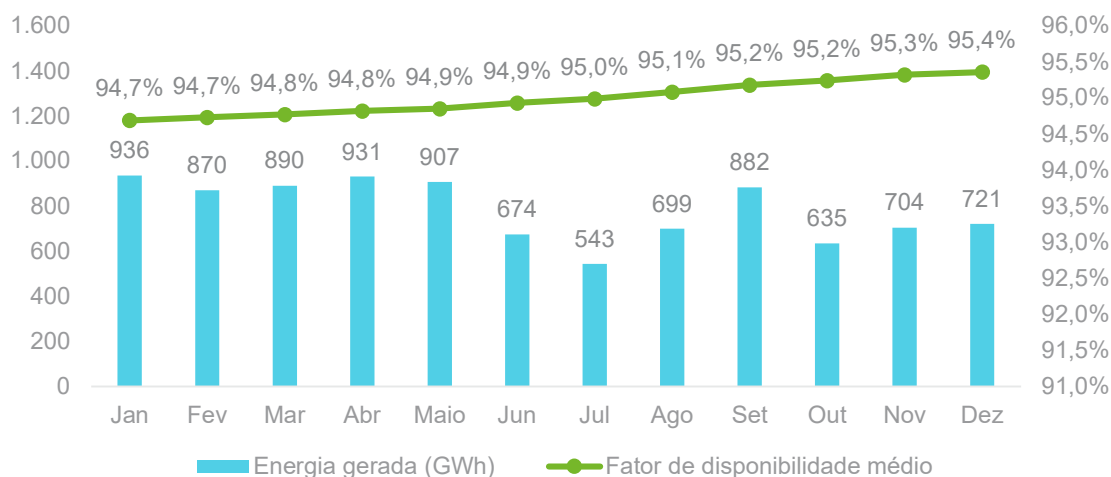
GWh	2021	2020	Variação (%)
UHE Ilha Solteira	9.393,2	13.522,5	- 30,5
UHE Jupia	5.537,2	7.803,0	- 29,0
Total	14.930,4	21.325,5	-30,0

Índice de disponibilidade*

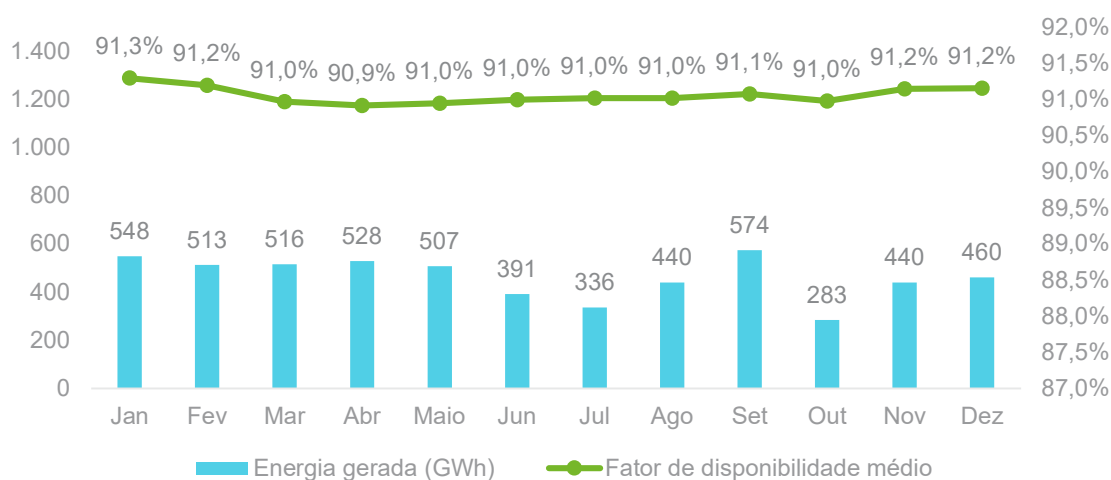
%	2021	2020	Limite regulatório
UHE Ilha Solteira	95,36%	94,44%	89,58%
UHE Jupia	91,16%	91,44%	89,58%
Consolidado	94,05%	93,51%	89,58%

*O Índice de Disponibilidade é calculado através da TEIP e da TEIfa (taxas equivalentes de indisponibilidade programada e forçada, respectivamente, considerando 60 valores mensais apurados, relativos aos meses imediatamente anteriores ao mês vigente). Sua fórmula de cálculo é: $ID = (1-TEIP) \times (1-TEIfa)$. Os valores apresentados referem-se ao mês de dezembro em cada ano.

UHE Ilha Solteira Produção de energia X Fator de disponibilidade



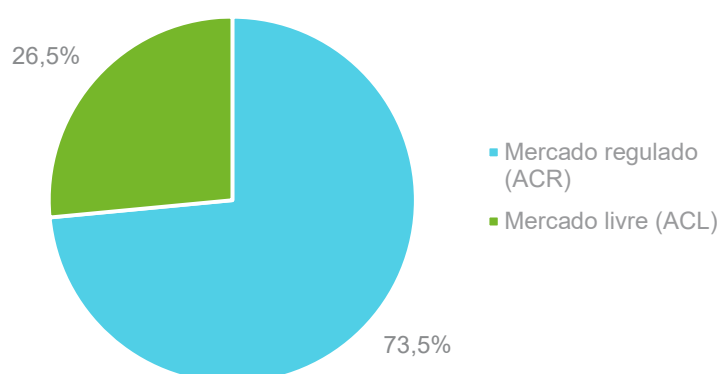
UHE Jupiá Produção de energia X Fator de disponibilidade



As estratégias de comercialização e sazonalização mais uma vez se mostraram assertivas e mitigaram parte dos efeitos negativos da crise hídrica na porção do portfólio da Rio Paraná que é comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A abordagem combinada de manter parte do portfólio descontratado e adquirir antecipadamente contratos para a compra de energia reduziram o impacto dos preços mais elevados no mercado de curto prazo, sobretudo no período seco do ano.

A comercialização da energia gerada pela Companhia é realizada por uma área específica e cujos processos são certificados na ISO 9001. A Rio Paraná vendeu 19.664 GWh de energia no ano, sendo 73,5% direcionados ao mercado regulado e 26,5% ao mercado livre. Em junho, o lançamento da plataforma CTG Conecta permitiu aos clientes o gerenciamento, via portal on-line, dos contratos vigentes e do histórico de relacionamento com a Companhia. A plataforma também disponibiliza ao mercado mais um canal de comunicação com a equipe de comercialização para realização de novas contratações.

Energia vendida em 2021



Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores

R\$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Receita operacional bruta	3.859.201	3.721.336	3,7
(-) Deduções à receita operacional	(483.034)	(512.754)	-5,8
Receita líquida/Ingresso líquido	3.376.167	3.208.582	5,2
(-) Custos e despesas operacionais	(1.273.349)	(1.279.081)	-0,4
Resultado da atividade	2.102.818	1.929.501	9,0
Ebitda	2.581.288	2.409.122	7,1
Margem Ebitda (%)	76,5%	75,1%	1,4 p.p.
Resultado de participações societárias	1.929	(433)	545,5
Resultado financeiro	(431.082)	(1.335.479)	-67,7
Resultado antes de impostos	1.673.665	593.589	182,0
Lucro líquido do exercício	1.247.964	527.196	136,7
Margem líquida (%)	37,0%	16,4%	20,6 p.p.
Ações			
Quantidade de ações (lotes de mil)	7.014.326	7.014.326	
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em R\$	0,17793	0,07516	136,7

O ano 2021 mostrou-se totalmente atípico em virtude das condições do cenário hidrológico. O Brasil enfrentou uma crise hídrica sem precedentes e, apesar de todos os esforços implementados pela Administração da Companhia para a mitigação dos impactos, houve um acréscimo nos custos com compra de energia na comparação com o ano de 2020. Vale destacar que esse impacto ocorre na porção de 30% da garantia física da Companhia que é comercializada no ambiente de contratação livre. No ambiente regulado de quotas (70%) esse impacto não ocorre.

Um destaque positivo para a Companhia no ano de 2021 foi a conclusão nas discussões do setor em torno das questões envolvendo o Fator de Ajuste da Garantia Física (Generation Scaling Factor – GSF), que resultou na homologação dos valores apurados segundo a Lei nº 14.052 e regulamentação Aneel nº 895/2020. Com essa homologação pela Aneel e CCEE, a Companhia reconheceu um Ativo Intangível relativo à extensão dos contratos de concessão das usinas que, como previsto em lei, corresponde à compensação dos impactos “não hidrológicos” que afetaram o GSF no passado. A contrapartida desse Ativo Intangível foi o efeito positivo no resultado com o registro de R\$ 147,9 milhões a título de recuperação de custos com compra de energia.

Receita

Em comparação com o exercício anterior, a Rio Paraná apresentou aumento de R\$ 167,6 milhões, ou 5,2%, na receita líquida / ingresso líquido.

Na receita operacional bruta, houve aumento tanto nas receitas no Ambiente de Comercialização Livre (ACL) quanto nas receitas provenientes do Ambiente de Comercialização Regulado (ACR). Em ambos os casos, esse aumento deu-se basicamente pela elevação dos índices de atualização monetária com destaque para a elevação no IPCA em 2021 na comparação com o ano de 2020.



Custos e despesas operacionais

R\$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Variação (%)
Energia elétrica comprada para revenda	238.274	136.743	74,2
Recuperação de custo pela extensão da concessão do GSF	(147.862)	-	-
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	475.403	438.686	8,4
Pessoal e administradores	88.396	82.601	7,0
Material	11.296	12.541	-9,9
Serviços de terceiros	103.223	105.903	-2,5
Arrendamento e aluguéis	2.986	2.831	5,5
Seguros	7.858	7.980	-1,5
Depreciação e amortização	478.470	479.621	-0,2
Outras despesas operacionais	15.305	12.175	25,7
	1.273.349	1.279.081	-0,4

As despesas operacionais apresentaram, em 2021, uma redução de R\$ 5,7 milhões, ou 0,4%, em relação a 2020. Na análise das variações, vale destacar:

- Recuperação de custos pela extensão contrato de concessão GSF: o montante de R\$ 147,9 milhões foi reconhecido em agosto de 2021 como recuperação de custos com compra de energia, como resultado da conclusão das discussões em torno da liminar do Fator de Ajuste da Garantia Física (Generation Scaling Factor – GSF), com a promulgação da Lei nº 14.052 e posterior regulamentação pela Resolução Aneel nº 895/2020. Como contrapartida, foi reconhecido um ativo intangível relativo à extensão do contrato de concessão das usinas que, como previsto na lei, corresponde à compensação dos impactos “não hidrológicos” que afetaram o GSF no passado;
- Energia comprada: aumento de R\$ 101,5 milhões basicamente em razão do cenário hidrológico do ano de 2021, em que o país enfrentou uma crise hídrica sem precedentes. Apesar das ações mitigatórias implementadas pela Administração, esse aumento se deu pela combinação de um pior fator de risco hidrológico (GSF) com o aumento no preço da energia no curto prazo (PLD), impactando a porção da garantia física da Companhia (30%) que é comercializada no ambiente de contratação livre;
- Encargos de uso da rede elétrica: elevação de R\$ 36,7 milhões, ou 8,4%, em decorrência dos encargos de transmissão, cujas tarifas são atualizadas anualmente por índices acima da inflação.



Ebitda e margem Ebitda

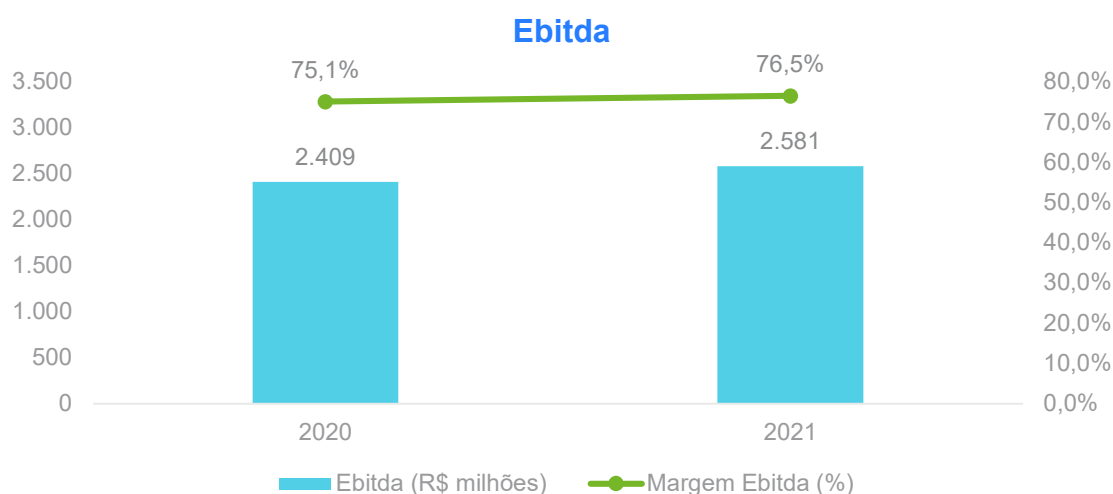
R\$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Varição (%)
Lucro líquido do exercício	1.247.964	527.196	136,7
Imposto de renda e contribuição social	425.701	66.393	541,2
Resultado de participações societárias	(1.929)	433	545,5
Resultado financeiro	431.082	1.335.479	-67,7
Depreciação e amortização	478.470	479.621	-0,2
Ebitda	2.581.288	2.409.122	7,1
Margem Ebitda (%)	76,5%	75,1%	1,4 p.p.

O Ebitda, ou Lajida, é uma medição não contábil calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. Ele é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda apresentou, na comparação entre os anos de 2021 e 2020, um aumento de R\$ 172,2 milhões, o que representa desempenho maior em 7,1%. Acerca dessa variação positiva, vale destacar o efeito do aumento do IPCA na receita líquida da Companhia e o evento não recorrente em razão do reconhecimento da recuperação de custos com compra de energia pela extensão da concessão com a conclusão do Acordo GSF.

Em bases normalizadas, isto é, excluindo-se o efeito não recorrente relativo à recuperação de custos mencionado anteriormente, o aumento do Ebitda seria de R\$ 24,3 milhões, ou 1%, mesmo em um ano tão desafiador na questão hidrológica.



Resultado financeiro

R\$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Varição (%)
Receitas	553.418	707.671	-21,8
Despesas	(984.500)	(2.043.150)	-51,8
Resultado financeiro líquido	(431.082)	(1.335.479)	-67,7

O resultado financeiro líquido apresentado em 2021 foi negativo em R\$ 431,1 milhões, representando uma melhora de 67,7%, ou R\$ 904,4 milhões, comparativamente ao ano de 2020.

Acerca dessa variação negativa, vale destacar:

- Redução de R\$ 798,8 milhões no resultado negativo decorrente da variação cambial líquida incidente sobre o empréstimo em dólares da Rio Paraná com a CTG Luxemburgo. Esse impacto foi causado basicamente pelas amortizações do empréstimo ocorridas no exercício e pelo menor impacto da variação do real (R\$) frente ao dólar (US\$) no ano de 2021 (de R\$ 5,1967 para R\$ 5,5805 variação de 7,4%) frente ao ano de 2020 (de R\$ 4,0307 para R\$ 5,1967 variação de 28,9%);
- Queda de R\$ 88 milhões nas despesas de juros incidentes sobre o empréstimo em dólares da Companhia com a CTG Luxemburgo, também em razão das amortizações ocorridas no período e da variação do real (R\$) frente ao dólar (US\$) na comparação entre os dois anos.

Endividamento

R\$ mil (exceto quando indicado)	2021	2020	Varição (%)
Debêntures	1.396.413	500.057	179,3
Curto prazo	120.441	-	-
Longo prazo	1.275.972	500.057	155,2
Empréstimos	1.351.480	2.025.562	-33,3
Curto prazo	676.480	675.562	0,1
Longo prazo	675.000	1.350.000	-50,0
Partes relacionadas	3.244.771	3.625.934	-10,5
Curto prazo	663.790	621.592	6,8
Longo prazo	2.580.981	3.004.342	-14,1
Caixa e equivalentes de caixa	(449.152)	(167.446)	168,2
Dívida líquida	5.543.512	5.984.107	-7,4

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa.

No ano de 2021, a dívida líquida apresentou uma redução de R\$ 440,6 milhões em comparação com a posição final de 2020. Houve redução no saldo do empréstimo mantido pela Companhia com o Banco Mitsubishi, bem como redução no saldo do empréstimo mantido em dólares pela Companhia com a CTG Luxemburgo. Em ambos os casos, a redução deu-se pelas amortizações ocorridas no exercício e pelos efeitos da variação cambial.

Em contrapartida às amortizações, houve, no mês de junho, a 2ª emissão de debêntures pela Companhia. Além disso, a Rio Paraná apresentou uma posição final de caixa maior do que a posição no final de 2020.

R\$ mil (exceto quando indicado)	Remuneração	Vencimento	2021	2020	Variação (%)
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	4,29% ao ano + USD	20/02/2023	3.244.771	3.625.934	-10,5
Tokyo – Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	1.351.480	2.025.562	-33,3
Debêntures	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	248.742	239.476	3,9
Debêntures	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	298.303	260.581	14,5
Debêntures	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	162.795	-	-
Debêntures	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	686.573	-	-
			5.992.664	6.151.553	-2,6

Lucro líquido

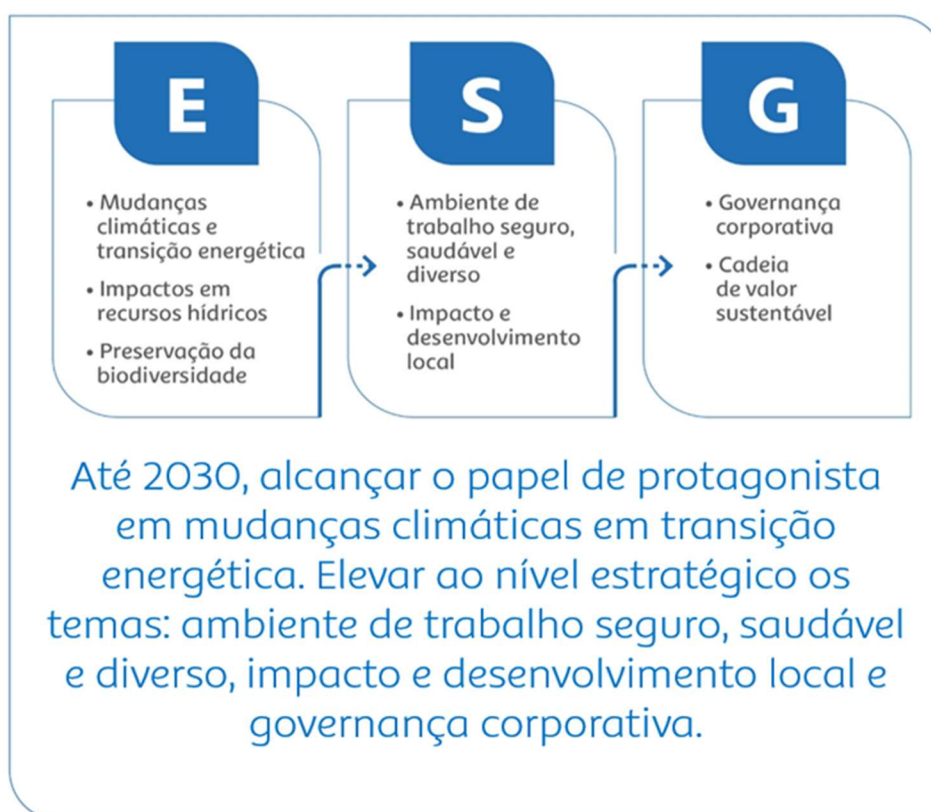
Em um ano muito desafiador pelos diversos aspectos já mencionados anteriormente e devido a todos fatores já explanados, a Rio Paraná apresentou um ótimo desempenho de resultados. O lucro líquido fechou o ano em R\$ 1.248 milhões, representando um aumento de R\$ 720,8 milhões, ou 136,7%, em comparação com o desempenho apresentado em 2020.



Sustentabilidade

Em 2021, foi conduzido um estudo de maturidade da gestão da Companhia sobre aspectos de sustentabilidade empresarial que culminou na definição de objetivos e metas de curto, médio e longo prazos. Desde 2017, a atuação da Companhia é norteadada pela Política Corporativa de Sustentabilidade da CTG Brasil, que define três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como prioritários para a Companhia: 7 – Energia acessível e limpa; 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; e 15 – Vida terrestre.

Ainda no último ano, a Rio Paraná certificou suas duas usinas nas normas ISO 9001 (qualidade), 14001 (meio ambiente), 45001 (saúde e segurança) e 55001 (gestão de ativos). A conquista coloca a Companhia em um patamar seletivo de excelência do seu Sistema de Gestão Integrado (SGI), atestado pela certificação nessas normas.



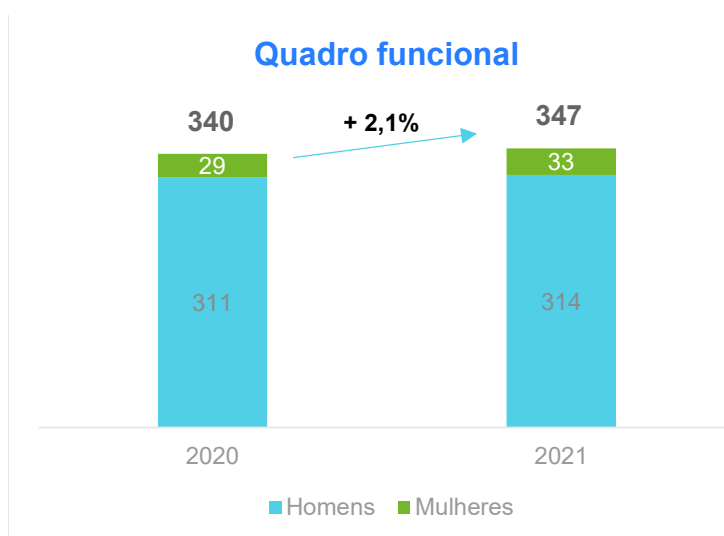
Principais indicadores de sustentabilidade

	2021	2020	Variação (%)
Ambiental			
Investimentos ambientais (R\$ mil)	8.245	10.169	- 18,9
Emissões diretas de GEE (escopos 1 e 2) (tCO ₂ e)	847,4	515,8	- 64,29
Área reflorestada (hectares)	100	95	+ 5,3
Social			
Número de profissionais no quadro funcional	347	340	+ 2,1
Taxa de frequência de acidentes registráveis entre profissionais da Companhia	1,15	0,00	-
Taxa de frequência de acidentes registráveis entre contratados	3,77	4,35	- 13,3
Investimento social (R\$ mil)	11.313	9.161	- 15,3%
Governança			
Número de membros do Conselho de Administração	6	5	+ 20,0%
Manifestações recebidas no Linha Ética*	48	64	- 25,0%

*Relatos recebidos pela CTG Brasil

Pessoas

No encerramento de 2021, a Rio Paraná contava com 347 colaboradores (92% homens e 8% mulheres), além de 134 terceiros e 4 estagiários. Esse quadro funcional é 2,1% maior do que o do ano anterior, e a taxa de rotatividade da Companhia para o período foi de 7,2%.



O cuidado com as pessoas foi reforçado ao longo do ano, com um amplo trabalho de evolução da cultura de segurança, primeiro valor da Rio Paraná e da sua Controladora, a CTG Brasil. No início de 2021, um grupo de trabalho interno multidisciplinar definiu 50 iniciativas para a melhoria de gestão, merecendo destaque a revisão do procedimento de avaliação da criticidade das tarefas e a reformulação do modelo de contratação e gestão de empresas terceirizadas. Na sequência, um mapeamento mais abrangente sobre a maturidade de segurança da Companhia foi conduzido com o apoio de consultoria especializada, resultando na priorização de 32 ações no Plano Corporativo de Evolução da Cultura de Segurança da CTG Brasil. A implementação dessas iniciativas ocorrerá até 2023.

Em 2021, a Companhia também lançou o Programa Mais Energia, voltado ao conceito de saúde integrada com o olhar para quatro pilares: físico, mental/emocional, financeiro e social. Outro avanço foi o aprimoramento do processo de avaliação dos colaboradores para o Ciclo de Gestão de Pessoas, trazendo uma visão expandida de gestão de pessoas que engloba desempenho, avaliação de competências, sucessão e recompensa, além do viés de desenvolvimento e protagonismo de carreira. A Academia CTG Brasil, que beneficia todos os profissionais da Rio Paraná, ampliou o número de Trilhas de Conhecimento disponíveis ao público interno, de 86 para 103 de um ano para o outro.

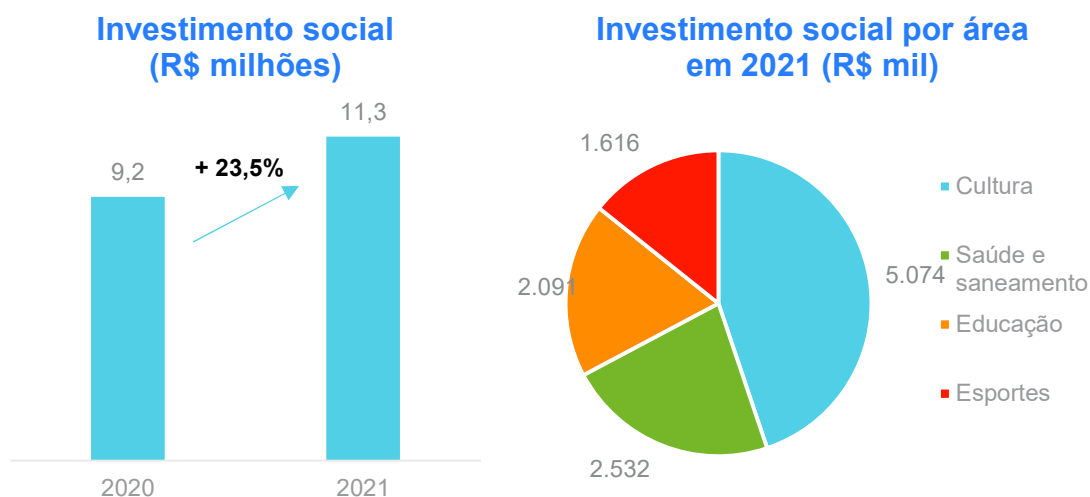
Os protocolos de saúde e segurança para evitar a disseminação da Covid-19 nas operações foram mantidos, e o retorno ao trabalho presencial para as atividades administrativas foi iniciado no fim do ano, em modelo híbrido.

Em 2021, a Companhia registrou um acidente com colaborador e cinco ocorrências sem afastamento envolvendo contratados, sendo que em nenhum deles houve afastamento.

Comunidades

A estratégia de atuação da Rio Paraná para contribuir com o desenvolvimento das comunidades onde estão instalados seus ativos é direcionada para o fomento à geração de renda, por meio do emprego e do empreendedorismo. Esse viés de atuação social complementa a visão da Companhia de ser agente de transformação social, atuando em parceria com entidades locais em prol do desenvolvimento regional.

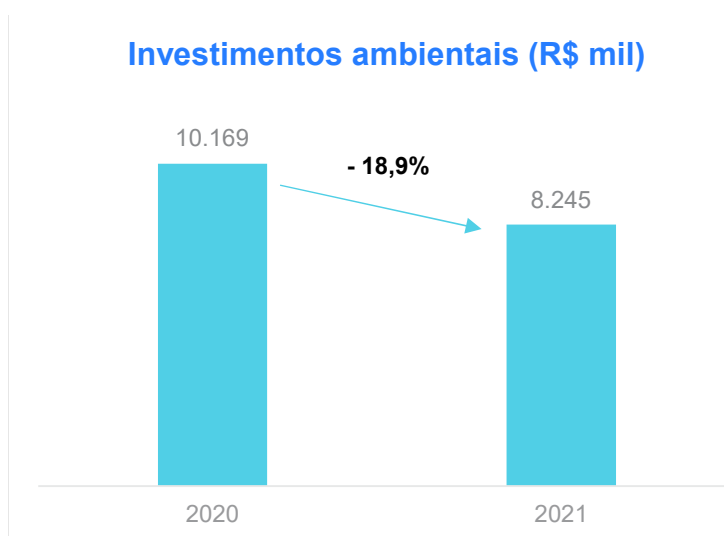
Ainda no último ano, o 2º Edital de Recursos Incentivados para o Desenvolvimento Local, promovido corporativamente pela CTG Brasil, recebeu inscrições de 161 projetos e destinou R\$ 11,3 milhões em recursos oriundos da Rio Paraná a 19 projetos selecionados de acordo com critérios técnicos.



Outro destaque de 2021 foi o início da instalação, na região das usinas da Rio Paraná, da sinalização de emergência de rotas de evacuação nas Zonas de Autossalvamento (ZAS), como uma das etapas de implantação do Plano de Ação de Emergência (PAE) das barragens. Também realizamos a instalação de 221 novos instrumentos de auscultação e iniciamos o processo de automação para as UHEs Ilha Solteira e Jupia.

Meio ambiente

A gestão ambiental da Rio Paraná atua de maneira sistêmica sobre todos os potenciais impactos de suas operações, tanto dentro das usinas quanto em seu entorno. Em 2021, a Companhia investiu R\$ 8,2 milhões em iniciativas ambientais.



Pelo segundo ano consecutivo, a Rio Paraná publicou o inventário de gases de efeito estufa (GEE), consolidado com as demais empresas da CTG Brasil, no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol com Selo Ouro (auditado). As 847,4 toneladas de CO₂ equivalente geradas diretamente pela Companhia e contabilizadas nos escopos 1 e 2 do inventário – que tem ano-base 2020 – foram neutralizadas com a adesão da companhia ao projeto REDD+ Jari-Amapá.

Inventário de emissões de GEE da Rio Paraná

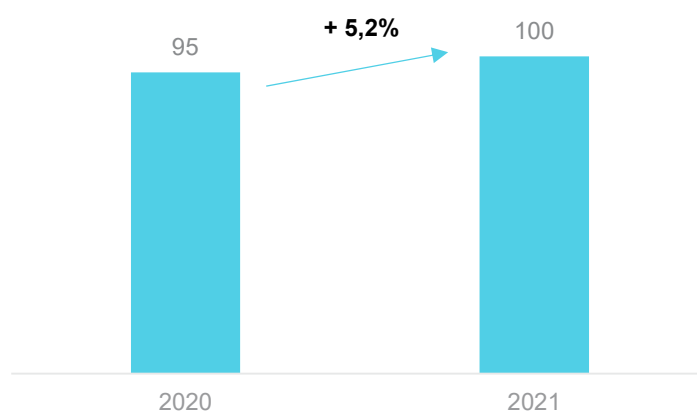
tCO ₂ e	2021 (ano-base 2020)	2020 (ano-base 2019)
Escopo 1	672,3	467,1
Escopo 2	175,1	48,7
Escopo 3	51,6	906,7

No entorno das usinas, merecem destaque as iniciativas voltadas à conservação da biodiversidade, como a reposição de peixes nos rios e o plantio de reflorestamento. Anualmente, é realizada a soltura de 2,1 milhões de alevinos, além de serem mantidos programas de monitoramento de ictiofauna e fauna silvestre que ocorrem nos entornos dos reservatórios.

Em 2021, a Companhia promoveu o plantio de 56,6 mil mudas em uma área de 100 hectares. O programa que estimula a conservação em propriedades de terras vizinhas às por meio da doação de mudas florestais nativas distribuiu 18 mil mudas no período. Em

relação à proteção de espécies, a Rio Paraná gerencia o centro de conservação de fauna silvestre instalado no entorno da UHE Ilha Solteira, que abriga cerca de 420 animais.

Área reflorestada (hectares)



Audidores independentes

A Rio Paraná conta com procedimento específico para a contratação de empresas de auditoria independente, que define requisitos alinhados à legislação aplicável e recomendações da CVM. O documento prevê o sistema de rodízio dos auditores independentes a cada cinco anos e as instâncias de aprovação para contratação e troca de auditoria (que cabe aos órgãos de governança da Companhia) e renovação dos contratos dentro do prazo de cinco anos (que pode ser autorizada pelos executivos).

O procedimento prevê ainda o estabelecimento de requisitos técnicos, escopo e forma de realização das atividades considerando os seguintes aspectos: adequação dos processos de controles internos de qualidade, incluindo aqueles que asseguram a sua independência e a de seus membros (sócio e demais profissionais); capacitação e dedicação da equipe designada para os trabalhos; experiência no setor; e honorários compatíveis com o porte e a complexidade da empresa. O documento proíbe a contratação de serviços extra que possam comprometer a independência dos auditores.

Demonstrações contábeis regulatórias

Balancos patrimoniais

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	449.152	167.446
Concessionárias e permissionárias	6	325.541	482.974
Partes relacionadas	18	60.537	-
Tributos a recuperar	7	4.633	4.618
Despesas antecipadas		4.501	6.099
Serviços em curso		33.829	17.896
Outros créditos		9.048	9.784
Total do ativo circulante		887.241	688.817
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Concessionárias e permissionárias	6	134	-
Despesas antecipadas		99	781
Impostos diferidos	24.2	253.781	279.002
Depósitos judiciais	8	493.870	477.820
		747.884	757.603
Bens e atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		1.132	-
Imobilizado	9	1.368.384	1.122.902
Intangível	10	11.212.009	11.505.591
Total do ativo não circulante		13.329.409	13.386.096
Total do ativo		14.216.650	14.074.913

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Balancos patrimoniais

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	11	86.597	82.132
Partes relacionadas	18	669.253	628.168
Encargos setoriais	12	53.133	45.325
Empréstimos	13	676.480	675.562
Debêntures	14	120.441	-
Salários, provisões e contribuições sociais		20.325	19.740
Dividendos	16	9.351	-
Juros sobre o capital próprio - JSCP	17	340.000	569.950
Tributos a recolher	7	287.939	212.983
Provisões para riscos	15	1.053	816
Outras obrigações		-	935
Total do passivo circulante		2.264.572	2.235.611
Não circulante			
Encargos setoriais	12	36.487	44.020
Empréstimos	13	675.000	1.350.000
Debêntures	14	1.275.972	500.057
Partes relacionadas	18	2.580.981	3.004.342
Provisões para riscos	15	164.615	156.438
Total do passivo não circulante		4.733.055	5.054.857
Total do passivo		6.997.627	7.290.468
Patrimônio líquido	19		
Capital social		6.649.017	6.649.017
Reservas de lucros		570.006	327.022
Proventos excedentes		-	(191.594)
Total do patrimônio líquido		7.219.023	6.784.445
Total do passivo e patrimônio líquido		14.216.650	14.074.913

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do resultado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso	20.2		
Suprimento de energia elétrica		3.740.928	3.577.818
Energia elétrica de curto prazo		118.273	143.518
		3.859.201	3.721.336
Tributos			
ICMS		(3.373)	(4.251)
PIS-PASEP		(63.621)	(61.332)
COFINS		(293.043)	(282.498)
		(360.037)	(348.081)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(33.761)	(32.086)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH		(79.256)	(118.792)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica – TFSEE		(9.980)	(13.795)
		(122.997)	(164.673)
Receita líquida / Ingresso líquido		3.376.167	3.208.582
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda	20.3	(238.274)	(136.743)
Recuperação de custo pela extensão da concessão do GSF	10.4	147.862	-
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	20.4	(475.403)	(438.686)
		(565.815)	(575.429)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		2.810.352	2.633.153
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	21		
Pessoal e administradores	22	(88.396)	(82.601)
Material		(11.296)	(12.541)
Serviços de terceiros		(103.223)	(105.903)
Arrendamento e aluguéis		(2.986)	(2.831)
Seguros		(7.858)	(7.980)
Depreciação e amortização		(478.470)	(479.621)
Outras despesas operacionais		(15.305)	(12.175)
		(707.534)	(703.652)
Resultado da atividade		2.102.818	1.929.501
Equivalência patrimonial		1.929	(433)
Resultado financeiro	23		
Receitas		553.418	707.671
Despesas		(984.500)	(2.043.150)
		(431.082)	(1.335.479)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		1.673.665	593.589
Despesa com impostos sobre o lucro	24	(425.701)	(66.393)
Lucro líquido do exercício		1.247.964	527.196
Quantidade de ações (lotes de mil)		7.014.326	7.014.326
Lucro líquido básico e diluído por lotes de mil ações, em reais	25	0,17793	0,07516

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do resultado abrangente

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.247.964	527.196
Resultado abrangente do exercício	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.247.964	527.196

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados		Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros	Proventos Excedentes	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2020	6.649.017	327.022	-	(191.594)	-	6.784.445
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	1.247.964	1.247.964
Baixa do imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	(404.035)	-	(404.035)
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(9.351)	(9.351)
Juros sobre capital próprio - JSCP	-	-	-	-	(400.000)	(400.000)
Transferência entre reservas	-	86.179	156.805	-	(242.984)	-
	-	86.179	156.805	(404.035)	(652.335)	(813.386)
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	595.629	(595.629)	-
Em 31 de dezembro de 2021	6.649.017	413.201	156.805	-	-	7.219.023

	Capital social	Reserva Legal	Lucros (Prejuízos) acumulados		Total do patrimônio líquido
			Proventos Excedentes	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2019	6.649.017	270.254	(235.896)	-	6.683.375
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	527.196	527.196
Baixa do imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(46.126)	-	(46.126)
Destinação do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio - JSCP	-	-	-	(380.000)	(380.000)
Transferência entre reservas	-	56.768	-	(56.768)	-
	-	56.768	-	(436.768)	(380.000)
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	90.428	(90.428)	-
Em 31 de dezembro de 2020	6.649.017	327.022	(191.594)	-	6.784.445

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações dos fluxos de caixa

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		1.673.665	593.589
Ajustes em:			
Depreciação e amortização		478.470	479.621
Equivalência patrimonial		(1.929)	433
Apropriação de juros sobre empréstimo	13.4	73.461	77.724
Apropriação de juros sobre partes relacionadas	18.4.1	177.044	265.049
Apropriação de juros sobre debêntures	14.3	7.464	-
Amortização de custos de transação	14.3	217	-
Variação monetária sobre depósitos judiciais	8	(15.996)	(11.738)
Variações cambiais, líquidas, sobre partes relacionadas	18.4.1	228.637	1.027.438
Provisão para riscos	15.1.2	1.288	169
Variação monetária sobre provisão para riscos	15.1.2	7.126	4.405
Baixas no ativo imobilizado e intangível		6.448	37.826
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	10.4	(147.862)	-
Variação nos ativos:			
Concessionárias e permissionárias		157.299	(109.839)
Despesas antecipadas		2.280	(38)
Depósito judicial		(54)	-
Serviços em curso		(15.933)	(10.946)
Partes relacionadas		(60.537)	-
Impostos, taxas e contribuições		(15)	(329.942)
Outros créditos		596	(11.021)
Variação nos passivos			
Fornecedores		4.465	(44.409)
Encargos setoriais		275	16.733
Partes relacionadas		(1.113)	-
Salários, provisões e contribuições sociais		585	1.512
Provisões para riscos		-	(386)
Capitalização de debêntures		116.580	37.510
Impostos, taxas e contribuições		(47.222)	161.749
Outras obrigações		-	22
Caixa gerado pelas operações		2.645.239	2.185.461
Pagamento de juros sobre debêntures	14.3	(50.982)	(24.929)
Pagamento de juros sobre empréstimos	13.4	(72.543)	(78.793)
Pagamento de juros sobre partes relacionadas		(179.222)	(354.532)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(338.302)	(229.057)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		2.004.190	1.498.150
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado e intangível		(289.546)	(301.878)
Recebimento na venda de imobilizado		592	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(288.954)	(301.878)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de debêntures	14.3	845.000	-
Custo de transação pela emissão de debêntures	14.3	(21.923)	-
Pagamento de dividendos	16	(404.035)	(210.082)
Pagamento de juros sobre capital próprio	17	(569.950)	(359.771)
Pagamentos de principal sobre partes relacionadas	18.4.1	(607.622)	(917.600)
Pagamentos de principal sobre empréstimos	13.4	(675.000)	(675.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.433.530)	(2.162.453)
Aumento / (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		281.706	(966.181)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		167.446	1.133.627
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		449.152	167.446
Aumento / (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		281.706	(966.181)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do valor adicionado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Receitas		
Venda de energia e outros serviços	3.088.376	2.961.839
	3.088.376	2.961.839
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia comprada e encargos de uso da rede	(441.845)	(320.606)
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (Acordo GSF)	147.862	-
Materiais e serviços de terceiros	(114.710)	(118.428)
Outros custos operacionais	(22.274)	(18.706)
	(430.967)	(457.740)
Valor adicionado bruto	2.657.409	2.504.099
Depreciação e amortização	(478.470)	(479.621)
Valor adicionado líquido produzido	2.178.939	2.024.478
Equivalência patrimonial	1.929	(433)
Outras receitas financeiras	556.075	709.188
Valor adicionado recebido em transferência	558.004	708.755
Valor adicionado total a distribuir	2.736.943	2.733.233
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	47.122	42.008
Benefícios	16.540	17.673
FGTS	3.547	3.480
Provisão para gratificação (bônus)	221	502
Participação nos resultados	8.924	7.944
	76.354	71.607
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	400.683	97.654
Estaduais	142	646
Municipais	24.162	36.049
	424.987	134.349
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	3.182	3.067
Outras despesas financeiras	984.456	2.043.140
	987.638	2.046.207
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	400.000	380.000
Dividendos	9.351	-
Lucros retidos	838.613	101.070
	1.247.964	481.070
Valor adicionado distribuído	2.736.943	2.733.233

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou “Companhia” ou “Rio Paraná”) é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária na condição de prestadora de serviço de geração e de energia elétrica, com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

A capacidade instalada da Companhia é de 4.995,2 MW, composta pelos seguintes parques geradores em operação no Estado de Mato Grosso do Sul: Usina Hidrelétrica (UHE) Jupia e UHE Ilha Solteira.

Em 05 de janeiro de 2016 a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 01/2016 – MME (Ministério de Minas e Energia), com prazo de 30 anos, contados a partir de 01 de julho de 2016. A vigência do Contrato, para a prestação de serviços de geração elétrica em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência inclui além desse prazo de Concessão, o período de Operação Assistida, de 180 (cento e oitenta) dias finalizados em 30 de junho de 2016. O Contrato de Concessão, originado pelo leilão E-1/E-2 nº 12/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, regula a Concessão de Energia Elétrica do objeto E-1 denominada Usina Hidrelétrica Jupia e do objeto E-2 denominada Usina Hidrelétrica Ilha Solteira.

O reajuste dos contratos no ambiente de contratação regulada é anual, com atualização a partir de julho, cujo reajuste em 2021 foi de 8,35%. Nos termos do Contrato, a cota de garantia física de energia física e de potência no regime de alocação obedece ao percentual de 70%, podendo a Companhia comercializar os 30% restantes no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Conforme mencionado na nota 2.6.2, a Companhia detém 100% do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A., cujo objeto social é a operação e manutenção da Eclusa de Jupia e serviços relacionados.

Em 2 de março a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através do Ofício 23/2021, deferiu o pedido de registro da Companhia como categoria B.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.377.331, principalmente em virtude da constituição de juros sobre o capital próprio, das amortizações dos empréstimos intercompany, do empréstimo mantido junto ao Banco Mitsubishi e da transferência do não circulante para o circulante referente ao principal da 1ª emissão de debêntures série 1.

A Administração analisou toda informação disponível em seus fluxos de caixa projetados e concluiu que contará com recursos suficientes para honrar com suas obrigações, decorrente da geração de caixa resultante de suas atividades operacionais.

1.2. Concessão

De acordo com a REH 2.919/2021, que homologa o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia, houve prorrogação do prazo de concessão da Companhia aproximada de 10 meses.

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão	Vencimento concessão (*)
Nº 01/2016	Jupia	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	889,2	05/01/2016	02/07/2046	17/04/2047
Nº 01/2016	Ilha Solteira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.731,5	05/01/2016	02/07/2046	18/04/2047
					4.995,2	2.620,7			

(*) Prazo ajustado de acordo com a REH 2.919/2021.

1.3. Garantia física

Em 10 de dezembro de 2019 foi publicada a Portaria MME nº 352/2019 que definiu novos valores de garantia física para a UHE Jupia em decorrência de pedido de revisão extraordinária de garantia física realizado pela Rio Paraná em 2018. De acordo com a Portaria, a UHE Jupia auferirá um ganho de 18,3MWmed.

O acréscimo de garantia física ocorrerá à medida que as 14 (catorze) máquinas entrarem em operação após a modernização, mediante realização de ensaios que comprovem a efetiva modernização da usina e emissão de ato da Aneel (com homologação as características técnicas empregadas no cálculo dos montantes de GF definidas na Portaria).

Conforme definido pela portaria MME nº 352/2019, no dia 28/08/2020 foi publicado o Despacho da Aneel nº 2.482 acrescentando 3,2 MWmédios a garantia física da UHE Jupia, relativos as Unidades Geradoras (UGs) 2 e 6, passando de 886,0 MWmédios para 889,2 MWmédios.

1.4. Marco legal do setor elétrico

Em 2017 o Ministério de Minas e Energia (MME) lançou as Consultas Públicas (CP) nº 032, nº 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobra de contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

O Projeto de Lei (PL) 232/2016 foi remetido à Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 2021 sob o nº PL 414/2021 para iniciar uma nova fase de tramitação. Tendo em vista a regulamentação de algumas matérias contidas no texto original do PL 232 como o encerramento dos subsídios para novos empreendimentos de energia solar, eólica e biomassa pela MPV 998/2020 – convertida em lei em 04 de fevereiro de 2021, o projeto, que trata de temas relacionados à modernização do setor deverá ser revisto e readaptado ao momento atual do setor elétrico.

Em 14 de dezembro de 2021 a Comissão Especial do PL 1917/2015, que também trata de temas relacionados à modernização do setor, aprovou o relatório do projeto. Os principais temas aprovados no texto são: abertura total do mercado em até 72 meses, separação de lastro e energia, formação de preço, garantias financeiras, novas regras para prorrogação das concessões.

Em 01 de março de 2021 foi publicada a Lei nº 14.120 que teve como origem a MPV nº 998/2020. Dentre os temas aprovados, estão a transferência de até 30% dos recursos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (EE) para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) entre os anos de 2021 e 2025, estando preservadas as verbas comprometidas para projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020.

1.5. Fator de ajuste de energia - Generation Scaling Factor — (GSF)

A severa crise hidrológica ocorrida entre 2012 e 2018 causou a redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termoeletricas ao máximo. O que fez com que o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingisse seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF.

Após longo período de discussões, inclusive judiciais, foi editada a Lei nº 14.052/2020 que apresentou as diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de:

- i. restrições ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão;
- ii. da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização das usinas hidrelétricas estruturantes e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN);
- iii. geração termelétrica despachada fora da ordem de mérito.

Ainda de acordo com a Lei nº 14.052 e regulamentação Aneel 895/2020, foram homologados em agosto de 2021, pela Aneel, os valores divulgados em março, ressarcindo as usinas sob administração da Companhia, em função do acordo referentes a riscos “não hidrológicos” no mercado livre. Como efeito, após deliberação em RCA datada de 31 de setembro de 2021, foi reconhecido um acréscimo de R\$ 147,8 milhões em seu Ativo Intangível em contrapartida à conta de Recuperação de Custos, no resultado. Esse valor representa uma extensão aproximada de 10 meses nos contratos de concessão das usinas de Ilha Solteira e Jupiá após aprovações de acordo com a governança do Grupo.

1.6. Redução da defluência das UHEs Jupiá e Ilha Solteira

A situação hidrológica na qual se encontravam as bacias hidrográficas do Sistema Interligado Nacional (SIN) no final do 1º trimestre de 2021, caracterizada como a pior do histórico de 91 anos para a bacia do Rio Paraná motivou a solicitação em 22 de março, pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), de flexibilização da vazão defluente mínima estabelecida para a UHE Jupiá, com o objetivo de contribuir para a preservação dos estoques armazenados em reservatórios de cabeceira do rio e manutenção da segurança hídrica da bacia. A previsão de condições desfavoráveis para o período seco levou a nova solicitação do ONS, em 07 de maio, para que fosse avaliada a possibilidade de a Companhia aumentar a amplitude dos testes de forma a praticar defluências inferiores a 3.200m³/s, na direção de 2.500m³/s.

Em reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) de 27 de maio, foi reconhecida a importância da implementação das flexibilizações das restrições hidráulicas de algumas usinas hidrelétricas, dentre elas, as UHEs Jupiá e Ilha Solteira.

Diante disso, em 01 de junho, foi publicada a Resolução da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) nº 77, que reconhece a situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná até 30 de novembro de 2021 e subsidia a adoção de medidas temporárias para assegurar os usos múltiplos da água e buscar a segurança hídrica.

Em 11 de junho de 2021, a Portaria nº 524 foi publicada determinando início imediato da realização de testes de redução de defluência mínima praticada na UHE Jupiá, até atingir o valor de 2.300 m³/s de forma estável, a partir de 1º de julho de 2021.

Com o objetivo de melhorar as condições de geração hidrelétrica em Ilha Solteira, em 21 de junho, a ANA publicou a REN 84/2021, autorizando a operação excepcional do reservatório da hidrelétrica Ilha Solteira, mantendo um nível igual ou superior a 325,00 m entre 1º de julho e 6 de agosto.

Na sequência, em 28 de junho, foi publicada a MPV 1.055, instituindo a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), com vistas a estabelecer medidas emergenciais para otimizar o uso dos recursos hidroenergéticos, sendo que em 08 de julho a Câmara fixou, dentre outras decisões, as cotas mínimas de operação para o reservatório da usina de Ilha Solteira.

De agora em diante, deverão ser aprofundados os estudos pelo ONS, em conjunto com a ANA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e agentes concessionários, sobre a evolução das condições de operação dos reservatórios dessas usinas e encaminhar para avaliação do CMSE em caso de necessidade de ajuste da operação.

1.7. COVID-19

1.7.1. Impactos causados pela pandemia e medidas adotadas pela Companhia.

Diante do cenário desafiador e incerto imposto pela pandemia do Covid-19, o Grupo, do qual a Companhia faz parte, implantou um Comitê Executivo Multidisciplinar que estabeleceu e acompanhou o andamento de programas e ações, com os objetivos de garantir a segurança e proteção dos seus profissionais e prestadores de serviço, minimizar os impactos nas suas atividades e garantir a continuidade das suas operações em seu mais alto nível.

A partir disso, foi desenvolvido um protocolo de atendimento médico e disponibilizado um canal através da telemedicina, para acompanhamento diário da evolução do quadro de saúde, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento, quando necessário, à unidade de atendimento hospitalar visando garantir a correto tratamento ao profissional. Em complemento à estas ações, foi implementado o processo de testagem PCR para todos os profissionais que regularmente acessam as suas unidades.

Adicionalmente, campanhas de comunicação e conscientização foram estabelecidas com o objetivo de apresentar as mais recentes informações científicas, assim como a realização de palestras virtuais com alguns dos mais renomados e reconhecidos profissionais nas áreas científicas no Brasil.

Entre outras ações práticas, intensificou as medidas de higienização e limpeza nos locais de comum acesso para reduzir o risco de contágio.

Com a evolução da vacinação no Brasil, as atividades presenciais nos escritórios do Grupo foram retomadas de forma gradual a partir de setembro, priorizando os profissionais com vacinação completa, que deverão seguir rígido protocolo sanitário definido pelo Comitê Executivo Multidisciplinar e que acessarão a estas localidades em dias alternados, para maior segurança e saúde de todos.

Esforços também foram direcionados na gestão feita pelas áreas Comercial e Financeira junto à carteira de clientes, revisitando seus níveis de contratação, de forma a evitar perdas financeiras, cujo resultado foi alcançado com sucesso até o momento. Da mesma forma, a Administração acompanhou a evolução dos contratos com seus principais fornecedores, assegurando que as obrigações contratuais seguissem sendo cumpridas.

Principalmente pela atividade da Companhia ser essencial para o funcionamento da economia e assistência à pandemia, não houve impactos relevantes no desempenho de suas operações e nem em seu fluxo de caixa. Como contribuição à sociedade, foram investidos recursos em termos

de tempo de suas equipes e financeiros, na viabilização das ações de prevenção e controle da proliferação do vírus.

A retração das atividades econômicas no mercado nacional foi amenizada pela estratégia de sazonalização e gestão do balanço energético do Grupo. Já a trajetória de fortes oscilações em diversos índices no mercado financeiro demandou grande esforço da Administração para minimizar seus impactos.

Embora não tenha ocorrido nenhum grande impacto financeiro, os riscos em decorrência da pandemia permanecem incertos e, com isso, sem mensuração segura. Inclusive, existe a exposição a eventuais restrições legais e de mercado que podem ser impostas pelo Governo e demais reguladores. Assim, não é possível assegurar que não haverá impactos futuros nas operações enquanto a pandemia perdurar.

1.7.2.Determinações regulatórias

Em decorrência da pandemia e seus impactos sobre o setor elétrico foi publicada a MPV nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto 10.350/2020 que viabilizou ações para prover recursos para mitigação dos impactos da redução das atividades através da criação da Conta-Covid. Os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid foram discutidos sob a forma de Consulta Pública no âmbito da Aneel e regulamentados pela REN nº 885/2020.

A medida autoriza a CCEE a realizar empréstimos bancários para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia referentes às competências de abril a dezembro de 2020, no limite de R\$16,1 bilhões, diluindo o impacto financeiro causado pela pandemia em 60 meses, prazo ajustado para o pagamento do empréstimo pelas distribuidoras às instituições financeiras.

Em paralelo, a Aneel homologou as regras de repasse dos recursos dos programas de P&D e EE destinados à modicidade tarifária à CDE.

De acordo com a Lei nº 14.120/2021, serão destinados à CDE os recursos não comprometidos com projetos contratados ou iniciados entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 no limite de 70% dos valores investidos em pesquisa e desenvolvimento, com a presente obrigação a Companhia repassou o valor de R\$ 1.299 referente ao período de 01 de setembro de 2020 até 31 de janeiro de 2021 e a partir do mês de Fevereiro de 2021 deverá repassar o percentual de 30% dos recursos de P&D para CDE, conforme despacho nº 904 de 30 de março de 2021.

1.8. Crise hídrica

O Brasil enfrenta a pior crise hídrica dos últimos 91 anos e, diante desse cenário, diversos reservatórios de hidrelétricas no país estão próximos do seu nível mínimo para a geração de energia elétrica.

Os sistemas do Sudeste (onde se localizam as usinas hidrelétricas da Companhia) e Centro-Oeste, responsáveis por cerca de 70% da geração hidrelétrica do país, têm sofrido uma deterioração rápida da situação hidrológica, e atualmente operam com volume bem reduzido.

A verificação dos baixos níveis de afluência no último período, em comparação aos níveis históricos, preocupou os órgãos reguladores quanto à capacidade de atendimento da matriz energética brasileira e, por consequência, direcionou no terceiro trimestre o despacho de todo parque de usinas térmicas disponíveis.

Dentro desse contexto, os preços de energia (PLD) atingiram o teto estabelecido pela Aneel (R\$ 583,88/MWh) ao longo do período seco além do GSF apurado em patamares muito aquém do estimado.

Em razão da crise hídrica, em 01 de junho de 2021 foi publicada a Resolução nº 77 da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que declara situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná.

Em 28 de junho, foi instituída a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), com vistas a estabelecer medidas emergenciais para otimizar o uso dos recursos hidroenergéticos.

A partir da instituição da CREG, foram aprofundados os estudos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em conjunto com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e agentes concessionários, sobre a evolução das condições de operação dos reservatórios e encaminhamento para avaliação do CMSE em caso de necessidade de ajuste da programação da geração.

Diante do cenário instalado, foi criado, pela CTG, grupo ao qual a Companhia faz parte, uma equipe de Crise composto pelas áreas Jurídica, Regulatória, Meio Ambiente, Engenharia da Operação e Comunicação, cujo objetivo é otimizar os recursos disponíveis para mitigar os efeitos desse momento desafiador em razão da escassez hídrica. Esse grupo segue acompanhando e participando das iniciativas, que zelam pela continuidade do negócio, como atendimento aos compromissos assumidos para manutenção da concessão, preservação da imagem da companhia e seus administradores e divulgações aplicáveis e cumprindo as determinações regulatórias com o objetivo de conter os impactos da estiagem, bem como o impacto em suas operações e nas informações contábeis.

A situação hidrológica apresentou melhoras significativas a partir de outubro, mas os níveis de reservatório seguem críticos e a operação do sistema e as consequências desta operação sobre os resultados da Companhia seguem sendo monitorados de perto pela CTG.

1.9. Atualização da RAG ciclo 2021/2022

Foi publicada em 22 de julho de 2021 Resolução homologatória nº 2.902/2021 para a RAG referente ao período de julho/2021 até junho/2022, com reajuste de 9,07%, , sendo que houve um acréscimo de R\$ 19,5 milhões na RAG correspondente à parcela de ajuste pela indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (Ajl) que afere o padrão de qualidade da UHE, devido aos bons índices de disponibilidade (dezembro/2020) das UHEs Ilha Solteira (94,36%) e Jupiá (91,42%), resultado da eficiente gestão das usinas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 24 de fevereiro de 2022.

2.2. Base de preparação e mensuração

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas nas demonstrações contábeis supracitada, e correspondem às utilizadas pela administração na gestão da Companhia.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e foi preparada de acordo com pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. O Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE não requer a apresentação dessa demonstração, entretanto, está sendo apresentada como informação suplementar.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam tratamentos ou divulgações alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, são seguidas as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentando diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória. Essas diferenças estão sendo explicadas na nota nº 30, para melhor entendimento do leitor.

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

2.4. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 / IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As

premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações contábeis regulatórias, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- i. Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 24)
- ii. Vida útil de ativos de longa duração (nota explicativa nº 9)
- iii. Provisões e passivos contingentes (nota explicativa nº 15)

2.6. Base de Consolidação

2.6.1. Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas, são reconhecidos nas demonstrações contábeis regulatórias da Controladora com base no método de equivalência patrimonial.

2.6.2. Demonstrações financeiras consolidadas

A Rio Paraná Energia S.A., detém 100% (cem por cento) do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A (montante de R\$ 131), que é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a operação e manutenção da Eclusa de Jupia, e serviços relacionados. O contrato foi firmado em 30 de agosto de 2018 com duração prevista de 5 anos. Nos termos desse contrato, as receitas pelos serviços prestados são faturadas diretamente para o DNIT e a principal obrigação assumida pela Companhia compreende a operação do sistema de transposição de desnível da Usina Hidrelétrica (UHE) Engenheiro Souza Dias.

Conforme ofício nº 45211/2021 emitido pelo DNIT no dia 09 de abril de 2021, a partir de 12 de abril de 2021 a empresa Rio Paraná Eclusas S.A. foi notificada pela paralisação da prestação de serviços do sistema de transposição de desnível da UHE Engenheiro Sousa Dias.

A Controlada aguarda pela negociação da rescisão do contrato vigente junto ao DNIT.

A partir da solução dessas pendências e do encerramento deste contrato, a Administração deve seguir com a incorporação da entidade jurídica, após a integração das atividades, os ativos e passivos residuais serão tratados e/ou recebidos pela Companhia.

Seguem abaixo, para fins de referência, as principais cifras da controlada Rio Paraná Eclusas:

	2021	2020
Ativo	1.138	322
Passivo	7	2.137
Patrimônio líquido	1.131	(1.815)

Como demonstrado no quadro acima, o passivo a descoberto da Rio Paraná Eclusas apresentado no exercício de 2020 foi revertido em 2021 em função de reavaliação de expectativa de risco de contratos firmados e a quitação dos valores em aberto por parte do DNIT.

Considerando que esse investimento não é relevante em 31 de dezembro de 2021, bem como a isenção prevista no CPC 36 (IFRS 10), a Companhia não preparou demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que, adicionalmente sua controladora, a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., providencia e disponibiliza demonstrações financeiras consolidadas de todo o grupo no Brasil.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas a que elas se referem. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros e fianças bancárias para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice e carta fiança, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo de concessão.

3.2. Serviços em curso

Os valores registrados nesta rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da Aneel. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do passivo, relacionada à provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da Aneel (nota explicativa nº 12.1.2).

3.3. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.4. Participação nos lucros

O Programa de Participações no Resultado - PPR é um programa de engajamento com os resultados da Companhia, regulamentado pela Lei 10.101/2000. É uma ferramenta de remuneração por desempenho, composto por regras de atingimento dos resultados com base em indicadores corporativos e individuais, cuja participação abrange todos os empregados ativos, sendo firmado mediante acordos coletivos com sindicatos para uma vigência anual.

Não há benefício relacionado a opções em ações (*stock option*).

3.5. Adoção as normas de contabilidade novas e revisadas

Os pronunciamentos que entraram a partir de 01 de janeiro de 2021 não geraram impactos em suas demonstrações financeiras.

Estes novos pronunciamentos estão demonstrados abaixo:

- Benefícios relacionados à Covid-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (CPC 06/ IFRS 16).
- Contrato de seguro, modelo mais abrangente dos contratos de seguros para a contabilidade (CPC 50/ IFRS 17)

4. Gestão de riscos do negócio

4.1. Riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

4.1.1. Risco de mercado

4.1.1.1. Risco hidrológico

O risco hidrológico decorre dos impactos da hidrologia na operação das usinas pelo ONS.

Tais impactos incluem a flutuação do PLD, que aumenta em casos de hidrologia desfavorável e é utilizado para a valorização da exposição dos agentes do setor (sobras e déficits de energia).

Outro índice importante é o GSF, fator que pode reduzir ou aumentar a energia disponível para a venda de usinas hidráulicas a depender da situação hidrológica e do despacho realizado pelo ONS, afetando diretamente a exposição destas usinas ao PLD.

Estes fatores podem ser mitigados através de uma estratégia de proteção contra o risco hidrológico e, por consequência, a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro da Companhia. Essa proteção pode ser obtida através do mecanismo de deixar parte da garantia física das Usinas descontratada e, também, pela compra de energia no mercado quando se tem evidência no curto prazo um GSF pior do que o planejado inicialmente.

4.1.1.2. Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de debêntures de longo prazo e caixa e equivalentes de caixa para a Companhia.

As debêntures emitidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

O impacto causado pela variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (DI) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sobre as debêntures é minimizado pela remuneração das aplicações financeiras pelo DI e pelos preços nos contratos de venda de energia elétrica que também estão indexados à variação dos índices IPCA ou IGP-M.

4.1.1.3. Risco cambial - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio aumentarem saldos passivos em moeda estrangeira cujo risco é o aumento da obrigação com a instituição cedente e redução do lucro líquido. A Companhia não possui instrumentos de hedge para proteção em relação aos aumentos nas taxas de moeda estrangeira, em razão do empréstimo mantido com partes relacionadas, conforme nota explicativa nº 18.

4.1.2. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, exposição no mercado das empresas do setor energético e outros fatores.

O preço da energia elétrica vendida para distribuidoras e clientes livres determinados nos contratos de leilão e bilaterais está no nível dos preços fechados no mercado e eventuais sobras ou faltas de energia são liquidadas no âmbito da CCEE (vide nota explicativa 20.2 e 20.3).

4.1.3. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas (“*covenants*”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures e empréstimos) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Divida	Emissão	Série	Remuneração	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Debêntures	1ª	1	Variação DI + 1,05% ao ano	-	141.434	125.807	-	267.241
Debêntures	1ª	2	Variação IPCA + 6,15% ao ano	-	18.467	19.082	348.088	385.637
Debêntures	2ª	1	Variação DI + 1,20% ao ano	-	23.784	19.138	203.786	246.708
Debêntures	2ª	2	Variação IPCA + 4,63 % ao ano	-	32.860	33.955	1.161.151	1.227.966
Tokyo-Mitsubishi	-	-	DI + 0,45% ao ano	34.587	753.669	704.532	-	1.492.788
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	-	-	4,29% + Dólar	-	865.927	1.078.427	1.976.656	3.921.010
				34.587	1.836.141	1.980.941	3.689.681	7.541.350

4.2. Risco de aceleração de dívidas

A Companhia possui financiamentos, com cláusulas restritivas (*Covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas para 31 de dezembro de 2021 e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações (vide notas explicativas 13 e 14).

4.3. Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela Aneel. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

4.4. Risco ambiental

As atividades e instalações da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais, bem como a diversas exigências de funcionamento relacionadas à proteção do meio ambiente. Adicionalmente, eventual impossibilidade de a Companhia operar

sua usina em virtude de autuações ou processos de cunho ambiental poderá comprometer a geração de receita operacional e afetar negativamente o resultado da Companhia.

A Companhia utiliza-se da política de gestão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (MASS) para assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, com o objetivo de minimizar os riscos para a Companhia.

Os processos ambientais estão descritos na nota explicativa nº 15.

4.5. Análise de sensibilidade

A Companhia em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulga quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, empréstimos e debêntures, ao qual a Companhia está exposta na data de encerramento do exercício.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 31 de dezembro de 2021 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:

Instrumentos financeiros	Indexador	Variação provável do indexador	2021	Cenário provável
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras e fundos de renda fixa	DI	11,36%	449.085	50.998
Passivos financeiros				
China Three Gorges (Luxemburgo) Energy S.A.R.L.	4,29% + Dolar	6,00	(3.244.771)	(254.382)
Empréstimo Tokyo Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	11,36%	(1.351.480)	(160.246)
Debêntures - 1º emissão série 1	DI + 1,05% ao ano	11,36%	(248.742)	(31.115)
Debêntures - 1º emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	5,47%	(298.303)	(35.674)
Debêntures - 2º emissão série 1	DI + 1,20% ao ano	11,36%	(162.795)	(20.662)
Debêntures - 2º emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	5,47%	(686.573)	(74.440)
			(5.992.664)	(576.519)
Total da exposição líquida			(5.543.579)	(525.521)

4.6. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração efetua ajustes adequando às condições econômicas atuais, revendo assim as políticas de pagamentos de dividendos, captação de empréstimos e debêntures, ou ainda, emitindo novas ações.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida.

	Nota	2021	2020
Empréstimos	13	1.351.480	2.025.562
Debêntures	14	1.396.413	500.057
Partes relacionadas	18	3.244.771	3.625.934
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(449.152)	(167.446)
Dívida líquida		5.543.512	5.984.107
Patrimônio líquido	19	7.219.023	6.784.445
Total do capital		12.762.535	12.768.552
Índice de alavancagem financeira - (%)*		43,4	46,9

(*) Dívida líquida / total do capital

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em período igual ou menor a três meses. As aplicações financeiras correspondem às operações de fundos de investimentos de renda fixa e certificados de depósitos bancários, as quais são realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e são contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração próxima a do DI. Os ganhos e perdas decorrentes de variações nos saldos das aplicações financeiras são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no exercício em que ocorrem (vide nota explicativa nº 23).

5.1. Composição

	2021	2020
Caixas e bancos	67	81
Aplicações financeiras	449.085	167.365
Certificado de depósito bancário (CDB)	449.085	167.365
	449.152	167.446

A variação positiva se deve a geração de caixa das atividades operacionais da Companhia.

5.2. Qualidade de créditos do caixa, e equivalentes de caixa

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Standard & Poor's	Moody's	Fitch	2021	2020
AAA	AAA	AAA	447.723	-
-	Aaa	AA	8	-
AAA	-	AAA	-	5.107
AAA	-	-	1.420	100.638
-	-	AA	-	7
-	AA	-	1	-
(*)	(*)	(*)	-	61.694
			449.152	167.446

(*) Banco sem classificação rating.

6. Concessionárias e permissionárias

As contas a receber de concessionárias e permissionárias correspondem aos valores referentes ao decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da CCEE.

As contas a receber de concessionárias e permissionárias são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

A Companhia não mantém contas a receber como garantia de nenhum título de dívida.

6.1. Composição

Os valores referentes às contas a receber de concessionárias e permissionárias da Companhia são suportados por Contratos de Cotas de Garantia Física (CCGF), celebrado com as distribuidoras de energia, e contratos bilaterais, celebrados no âmbito do mercado livre.

Os contratos CCGF tratam de contratação de energia regulada com fundamento na Lei nº 12.783/2013 que criou o regime de cotas de garantia física para algumas usinas com concessões vincendas à época.

Desta forma, a Companhia, que é sujeita a este regime, possui 70% de sua garantia física contratada no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR") e 30% de sua garantia física disponibilizada para venda no Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

	A vencer		2021	2020
	Até 90 dias	Acima de 365		
Contratos - ACR	244.580	-	244.580	227.738
Contratos bilaterais - ACL	68.647	-	68.647	82.649
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	12.314	134	12.448	172.587
	325.541	134	325.675	482.974

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A administração da Companhia não registra PECLD para eventos referentes ao MRE e MCP, pois entende que não há risco de não recebimento.

As faturas emitidas pela Companhia referente aos contratos bilaterais e cotas são emitidas com vencimento único no mês seguinte ao do suprimento.

Para o exercício de 2021, não foi necessária a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa para a Companhia.

6.3. Qualidade de créditos dos clientes

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição de crédito são as vendas de energia realizadas no ACL, através dos contratos bilaterais.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldades apresentadas por clientes em honrar os seus compromissos é irrelevante diante das políticas e procedimentos vigentes.

O risco de crédito dos contratos de venda de energia com os clientes no ACL é minimizado pela análise prévia da área de crédito da Companhia de todos seus potenciais clientes. Esta análise é baseada em informações qualitativas e quantitativas de cada potencial cliente e, a partir dessa análise, é feita a classificação seguindo as premissas do rating interno. O rating interno possui classificação de 1 a 5, onde os clientes são classificados como: 1 - Excelente; 2 - Bom; 3 - Satisfatório; 4 - Regular; 5 - Crítico.

Baseado na Política de crédito e nas classificações de rating acima mencionado, todos os contratos bilaterais da Companhia possuem obrigação de entrega de uma modalidade de garantia (entre as quais se destacam: CDB, Fiança Bancária e Corporativa) além de contratos que preveem o pagamento contra registro, onde a energia só é alocada ao cliente após a realização do pagamento previsto.

Em conjunto com a área de crédito, a área de risco/portfólio, se baseia no rating interno e realiza a diversificação da carteira de clientes da Companhia com o objetivo de diminuir os riscos específicos setoriais e otimizar a liquidez da carteira.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, segundo o rating interno, a Companhia possui, em relação aos saldos a receber de seus clientes bilaterais, as seguintes proporções de risco de liquidação:

Rating Interno	2021		2020	
	%	R\$	%	R\$
1 - Excelente	3,4	2.359	2,2	1.876
2 - Bom	45,5	31.251	31,1	25.683
3 - Satisfatório	38,4	26.384	57,3	47.334
4 - Regular	12,7	8.653	9,4	7.756
5 - Crítico	-	-	-	-
	100,0	68.647	100,0	82.649

Especificamente para a energia comercializada nos ambientes ACR, MRE e MCP, onde a Administração não tem autonomia para avaliar e deliberar sobre os agentes liquidantes, a CCEE controla e monitora as inadimplências de modo que o não recebimento desses valores na data prevista são considerados temporais, ou seja, não deixarão de ser cumpridos, tendo em vista que os agentes envolvidos estão expostos à diversas sanções onde, em última instância, podem até ser desligados do sistema, o risco de PECLD é praticamente nulo nessas modalidades de comercialização/liquidação.

7. Tributos a recuperar / recolher

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes a recuperar na data do balanço.

	2021	2020
Ativo		
PIS e COFINS a recuperar	-	2.258
ICMS	4.343	2.104
Outros	290	256
	4.633	4.618
Passivo		
IRPJ e CSLL a recolher no período	265.830	210.875
PIS e COFINS a recolher do mês	18.962	-
Outros	3.147	2.108
	287.939	212.983

8. Depósitos judiciais

Estão classificados nesta rubrica todos os depósitos judiciais realizados pela Rio Paraná, os quais são atualizados monetariamente. Referem-se a questões fiscais, mais precisamente ao Mandado de Segurança no qual se discute a opção pelo Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016. Para suspender a exigibilidade do crédito, foi necessário realizar o depósito judicial que sofreu atualização pela taxa SELIC.

	Fiscais	Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2020	477.820	-	477.820
Variações monetárias	15.996	-	15.996
Adições	-	65	65
(-) Baixas	(11)	-	(11)
Em 31 de dezembro de 2021	493.805	65	493.870

9. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A Companhia considera que não haverá indenização pelo Poder Concedente ao final do prazo de concessão, do valor residual dos bens. Dessa forma, a Companhia efetua a depreciação de seus bens pela taxa divulgada no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE e para os itens que superam o prazo da concessão a depreciação é feita com base no prazo do contrato de concessão.

A Companhia revisa anualmente a vida útil estimada, os valores residuais e a depreciação são revisadas no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do resultado das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em “Outras despesas operacionais”.

9.1. Composição

	Taxa média anual de depreciação	2021			2020
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração					
Terrenos		29.262	(29.262)	-	-
Reservatórios, Barragens e Aduanas	0,12%	744.818	(716.171)	28.647	24.290
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	0,05%	443.337	(436.304)	7.033	2.322
Máquinas e Equipamentos	1,91%	1.052.211	(528.629)	523.582	458.553
Veículos	11,76%	7.498	(2.930)	4.568	3.674
Móveis e Utensílios	4,83%	2.422	(776)	1.646	1.484
		2.279.548	(1.714.072)	565.476	490.323
Administração					
Máquinas e equipamentos	9,38%	192	(96)	96	114
		192	(96)	96	114
Subtotal (AIS)		2.279.740	(1.714.168)	565.572	490.437
Em Curso					
Geração					
Outros		802.812	-	802.812	632.465
		802.812	-	802.812	632.465
Subtotal (AIC)		802.812	-	802.812	632.465
Total do Ativo imobilizado (AIS+AIC)		3.082.552	(1.714.168)	1.368.384	1.122.902

9.2. Movimentação do ativo imobilizado

	Valor Bruto em 2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 2021	Adições líquidas (A) - (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2021	Valor Líquido em 2020
Em serviço									
Geração									
Terrenos	29.262	-	-	-	29.262	-	(29.262)	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	739.542	-	-	5.276	744.818	5.276	(716.171)	28.647	24.290
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	438.419	-	-	4.918	443.337	4.918	(436.304)	7.033	2.322
Máquinas e Equipamentos	967.137	-	(6.669)	91.743	1.052.211	85.074	(528.629)	523.582	458.553
Veículos	5.810	-	(220)	1.908	7.498	1.688	(2.930)	4.568	3.674
Móveis e Utensílios	2.148	-	(16)	290	2.422	274	(776)	1.646	1.484
	2.182.318	-	(6.905)	104.135	2.279.548	97.230	(1.714.072)	565.476	490.323
Administração									
Máquinas e equipamentos	194	-	(2)	-	192	(2)	(96)	96	114
	194	-	(2)	-	192	(2)	(96)	96	114
Subtotal (AIS)	2.182.512	-	(6.907)	104.135	2.279.740	97.228	(1.714.168)	565.572	490.437
Em Curso									
Geração									
Outros	632.465	281.103	-	(110.756)	802.812	170.347	-	802.812	632.465
	632.465	281.103	-	(110.756)	802.812	170.347	-	802.812	632.465
Subtotal (AIC)	632.465	281.103	-	(110.756)	802.812	170.347	-	802.812	632.465
Total do Ativo Imobilizado (AIS+AIC)	2.814.977	281.103	(6.907)	(6.621)	3.082.552	267.575	(1.714.168)	1.368.384	1.122.902

Com a implantação do novo ERP, a Companhia passou a segregar saldos anteriormente tratados exclusivamente como itens do imobilizado em contas por classe de ativos e atividades.

O efeito dessa segregação é apresentado nas colunas de transferência, tanto do imobilizado quanto do intangível conforme nota explicativa nº 10.4.

9.3. Composição das adições do exercício por tipo de gastos capitalizado

	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de obra própria	Juros	Outros Gastos	Total
A ratear	115.462	14.649	19.912	125.656	3.181	278.860
Em curso						
Adiantamento a fornecedores	(21.792)	-	-	-	-	(21.792)
Outros	24.035	-	-	-	-	24.035
	2.243	-	-	-	-	2.243
Total do Ativo Imobilizado (AIS+AIC)	117.705	14.649	19.912	125.656	3.181	281.103

9.4. Principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado

	Descrição do bem	em R\$ Mil
1	GERADOR GE 13,8KV 14400VCA 8219A 103500KW 85,7 - Modernização UG20	7.305
2	GERADOR GE 13,8KV 14400VCA 8219A 103500KW 85,7 - Modernização UG20	6.053
3	TURBINA HIDRÁULICA TP FRANCIS 176MW 85,7RPM - Modernização UG20	4.920
4	TRANSFORMADOR DE FORÇA ELEVADOR TRIFÁSICO UG09 - Modernização UG20	4.374
5	TRANSFORMADOR DE FORÇA ELEVADOR TRIFÁSICO UG20 - Modernização UG20	4.374
6	GERADOR GE 13,8KV 14400VCA 8219A 103500KW 85,7 - Modernização UG20	4.372
7	TURBINA HIDRÁULICA TIPO FRANCIS 176MW 85,7RPM - Modernização UG20	3.170
8	SISTEMA DE ESGOTO SANITÁRIO ILHA SOLTEIRA - Modernização UG20	3.003
9	GERADOR GE 13,8KV 14400 VCA 8219A 103500KW 85,7 - Modernização UG20	2.574
10	COMPORTA DE EMERGÊNCIA MANUTENÇÃO MONTANTE - Modernização UG20	2.309

9.5. Principais desativações (pelo critério de valor) ao imobilizado

	Descrição do bem	em R\$ Mil
1	AUTOMÓVEL SUBARU ANO 2017/2018	111
2	AUTOMÓVEL AUDI A3 ANO 2018/2019 PLACA GES2313	109
3	MOVEIS E UTENSÍLIOS DE JUPIÁ	16
4	CONJUNTO DE CABOS DE TESTE DE 15 METROS PARA SI/MT	9
5	SISTEMA CALIBRAÇÃO DETECTOR G	9
6	RELOGIO DE PONTO - MARCA TOPDATA - MODELO PLUS BIO	2

9.6. Taxas médias de depreciação

Taxas anuais de depreciação (%)	
Geração	
Turbina hidráulica	2,50%
Equipamento de tomada d'água	3,70%
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00%
Equipamento geral	6,25%
Veículos	14,29%
Transformadores de Força	2,86%
Administração	
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

9.7. Dos bens vinculados a outorga

Os bens e as instalações utilizados na geração (imobilizado e intangível) não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador (ANEEL). Todavia, a Resolução Normativa nº 691 da ANEEL de 8 de dezembro de 2015, publicado no DOU em 15/12/2015, disciplina a desvinculação por iniciativa do agente setorial, de bens vinculados aos serviços de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10. Intangível

10.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável conforme tempo de contrato. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

10.2. Bônus de outorga

Constituída com base no valor pago pela Companhia, nos termos da lei 12.783/2013, originado pelo edital de leilão nº 12/2015 (E-1 e E-2), e está sendo amortizado mensalmente pelo prazo da outorga (Despachos ANEEL nº 245/2016 e nº 3.371/2016).

10.2.1. Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF (Generation Scaling Factor-GSF)

Refere-se ao registro da extensão da concessão, parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE desde 2012, com o agravamento da crise hídrica. A alteração legal teve como objetivo a compensação por riscos não hidrológicos causados por:

- empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física,
- às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e
- por geração fora da ordem de mérito e importação.

Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel. Vide nota explicativa 1.5.

10.3. Composição do ativo intangível

	Taxa média anual de amortização	2021			2020
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Geração					
Bônus de Outorga	3,3%	13.803.752	(2.753.061)	11.050.691	11.503.127
Softwares	6,9%	13.848	(2.016)	11.832	1.742
Extensão Concessão GSF	1,6%	147.862	(2.393)	145.469	-
		13.965.462	(2.757.470)	11.207.992	11.504.869
Administração					
Softwares	9,5%	5.341	(3.480)	1.861	722
		5.341	(3.480)	1.861	722
Subtotal (AIS)		13.970.803	(2.760.950)	11.209.853	11.505.591
Em Curso					
Geração					
Softwares		1.621	-	1.621	-
		1.621	-	1.621	-
Administração					
Softwares		535	-	535	-
		535	-	535	-
Subtotal (AIC)		2.156	-	2.156	-
Total do Ativo intangível (AIS+AIC)		13.972.959	(2.760.950)	11.212.009	11.505.591

10.4. Movimentação do intangível

	Valor bruto em 2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 2021	Adições líquidas (A) - (B) + (C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 2021	Valor líquido em 2020
Em serviço									
Geração									
Bônus de Outorga	13.803.752	-	-	-	13.803.752	-	(2.753.061)	11.050.691	11.503.127
Softwares	2.797	-	-	11.051	13.848	11.051	(2.016)	11.832	1.742
Extensão Concessão GSF	-	147.862	-	-	147.862	147.862	(2.393)	145.469	-
	13.806.549	147.862	-	11.051	13.965.462	158.913	(2.757.470)	11.207.992	11.504.869
Administração									
Softwares	3.707	-	-	1.634	5.341	1.634	(3.480)	1.861	722
	3.707	-	-	1.634	5.341	1.634	(3.480)	1.861	722
Subtotal (AIS)	13.810.256	147.862	-	12.685	13.970.803	160.547	(2.760.950)	11.209.853	11.505.591
Em Curso									
Geração									
Softwares	-	6.952	-	(5.331)	1.621	1.621	-	1.621	-
	-	6.952	-	(5.331)	1.621	1.621	-	1.621	-
Administração									
Softwares	-	1.495	(227)	(733)	535	535	-	535	-
	-	1.495	(227)	(733)	535	535	-	535	-
Subtotal (AIC)	-	8.447	(227)	(6.064)	2.156	2.156	-	2.156	-
Total do ativo intangível (AIS+AIC)	13.810.256	156.309	(227)	6.621	13.972.959	162.703	(2.760.950)	11.212.009	11.505.591

Do valor total das adições ocorridas no período, na linha de extensão da concessão, se refere ao registro do acordo do GSF conforme nota explicativa nº 1.5.

10.5. Principais adições (pelo critério de valor) ao intangível

	Descrição do bem	em R\$ Mil
1	GSF - EXTENSAO DA CONCESSAO ILHA SOLTEIRA	97.817
2	GSF - EXTENSAO DA CONCESSAO JUPIÁ	50.045
3	IMPLANTAÇÃO ERP - SAP S/4HANA	6.076
4	IMPLANTAÇÃO ERP - SAP S/4HANA	3.979
5	IMPLANTAÇÃO ERP - SAP S/4HANA	1.856
6	ALL TAX TIMP - INTERFACE FISCAL	285
7	ALL TAX TIMP - INTERFACE FISCAL	226
8	RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E REFLORESTAMENTO REF A	222
9	SISTEMA SISIP - MODULO PRIMO	133
10	SISTEMA SISIP - MODULO PRIMO	127

11. Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

11.1. Composição

	2021	2020
Suprimento de energia elétrica	727	4.362
Materiais e serviços contratados	38.077	33.152
Encargos de uso da rede elétrica	47.793	44.618
TUST	47.793	44.618
	86.597	82.132

12. Encargos setoriais

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

12.1. Composição

	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	12.352	-	12.352	19.253	-	19.253
P&D	38.167	36.487	74.654	21.486	44.020	65.506
TSFEE	2.614	-	2.614	4.586	-	4.586
	53.133	36.487	89.620	45.325	44.020	89.345

12.1.1. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A CFURH foi criada pela Lei nº 7.990/1989 e destina-se a compensar os Estados, o Distrito Federal e os municípios afetados pela perda de terras produtivas, ocasionadas por inundação de áreas na construção de reservatórios de usinas hidrelétricas. Também são beneficiados pela compensação financeira os órgãos da administração direta da União.

12.1.2. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

De acordo com o Contrato de Concessão, Lei nº 9.991/2000, artigo 24 da Lei nº 10.438/2002 e artigo 12 da Lei nº 10.848/2004, as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público de distribuição, geração ou transmissão de energia elétrica, assim como as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem aplicar o montante mínimo de 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento do Setor de Energia Elétrica e Eficiência Energética (no caso das Distribuidoras), segundo os procedimentos e regulamentos estabelecidos pela Aneel.

Em atendimento ao Ofício Circular SFF/ Aneel nº 2.409/2007, a Companhia tem apresentado os gastos com P&D no grupo das deduções da receita bruta.

Para fins de reconhecimento dos investimentos realizados as empresas de energia elétrica devem encaminhar ao final dos projetos um relatório de auditoria contábil e financeira e um Relatório Técnico específicos dos projetos de P&D para avaliação final e parecer da Aneel.

12.1.2.1. Composição do P&D

	2021			2020
	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Total	
FNDCT	2.449	-	2.449	2.394
MME	1.222	-	1.222	1.196
CDE	667	-	667	-
P&D	-	70.316	70.316	61.916
	4.338	70.316	74.654	65.506

12.1.2.2. Movimentação do P&D

	FNDCT	MME	CDE	P&D	Total
Em 31 de dezembro de 2020	2.394	1.196	-	61.916	65.506
Constituição	13.506	6.752	5.017	9.787	35.062
Juros	-	-	-	1.538	1.538
Recolhimentos	(13.451)	(6.726)	(4.350)	-	(24.527)
Realizações	-	-	-	(2.925)	(2.925)
Em 31 de dezembro de 2021	2.449	1.222	667	70.316	74.654
Circulante	2.449	1.222	667	33.829	38.167
Não circulante	-	-	-	36.487	36.487

12.1.3. Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica (TFSEE)

A TFSEE foi instituída pela Lei nº 9.427/1996, e equivale a 0,4% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, permissionária ou autorizado do serviço público de energia elétrica. O valor anual da TFSEE é estabelecido pela Aneel com a finalidade de constituir sua receita e destina-se à cobertura do custeio de suas atividades. A TFSEE fixada anualmente é paga mensalmente em duodécimos pelas concessionárias. Sua gestão fica a cargo da Aneel.

12.1.4. Conta de desenvolvimento energético (CDE)

Em 1 de março de 2021 a Aneel homologou a Lei nº 14.120 que rege as regras de repasse dos recursos dos programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética (PEE) destinadas à modicidade tarifária à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Para mais informações, vide nota explicativa nº 1.7.2.

13. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

13.1. Empréstimo Tokyo – Mitsubishi UFJ

Em junho de 2016 a Companhia contratou um empréstimo junto ao Banco Tokyo Mitsubishi (Banco), no valor de R\$ 2.700.000 (dois bilhões e setecentos milhões de reais). Em 27 de junho de 2018, o Banco e a Companhia acordaram, em relação a tal dívida, estender seu prazo, alterar sua taxa de remuneração e o número de parcelas.

As alterações foram: a partir de 29 de junho de 2018 a remuneração passou de 13,365% a.a. para 13,165% a.a. A partir de 28 de junho de 2019, a remuneração passou de 13,165% a.a. para DI + 0,45%. Assim, o vencimento passou a ser na data de 29 de junho de 2023 com amortizações anuais, sempre em junho, nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 no valor de R\$ 675.000 (seiscentos e setenta e cinco milhões de reais) cada parcela.

13.2. Composição

Instituição Financeira	Remuneração	Vencimento	2021				
			Circulante			Não circulante	
			Principal	Juros	Total	Principal	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI +0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	1.480	676.480	675.000	675.000
			675.000	1.480	676.480	675.000	675.000

Instituição Financeira	Remuneração	Vencimento	2020				
			Circulante			Não circulante	
			Principal	Juros	Total	Principal	Total
Tokyo-Mitsubishi	DI +0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	562	675.562	1.350.000	1.350.000
			675.000	562	675.562	1.350.000	1.350.000

13.3. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2023	Total
Tokyo-Mitsubishi	675.000	675.000

13.4. Movimentação da dívida

Em 31 de dezembro de 2020	2.025.562
Apropriação de juros	73.461
Pagamento de principal	(675.000)
Pagamento de juros	(72.543)
Em 31 de dezembro de 2021	1.351.480

13.5. Características dos contratos de empréstimos

Instituição / Linha credora	Data próximo Pgto. Juros	Frequencia Pgto. Juros	Data da próxima amortização	Vencimento Final	Adimplente	Data da 1ª Captação / 2ª Repactuação	Tipo de garantia
Tokyo - Mitsubishi UFJ	29/03/2022	Trimestral	29/06/2022	29/06/2023	Sim	2 - 27/06/2018	-

13.6. Cláusulas restritivas ("Covenants")

13.6.1. Covenants Financeiros

Em conexão com o empréstimo contratado junto ao Banco Tokyo, o Grupo deverá manter o índice de "Dívida Financeira Líquida Consolidada" sobre o EBITDA, não superior a 4,5 e não inferior a 1,0 ao final de cada ano fiscal, com base nas informações societárias.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Ebitda	3.503.839	2.826.518
Dívida líquida	5.543.512	5.984.107

Índice financeiro	Limites	2021	2020
Dívida líquida / Ebitda	Maior que 1,0 e menor que 4,5	1,6	2,1

Os valores apresentados no “covenants”, tomam como base os números societários.

13.6.2. Garantias contratuais

Não há garantias expressas em contrato.

14. Debêntures

As debêntures, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstradas pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures não são conversíveis em ações.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

14.1. Captação da 2ª emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2021 a Companhia captou R\$ 845.000 (oitocentos e quarenta e cinco milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 2ª. emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais.

As liberações efetivas dos recursos oriundos das séries 1 e 2 ocorreram em 22 de junho de 2021 e não houve incidência de juros e variação monetária relevantes incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos. A emissão foi realizada em duas séries, sendo a série 1.000 composta de 195.000 (cento e noventa e cinco mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em três anos e a série 2 composta de 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) debêntures, no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em dez anos, totalizando assim 845.000 (oitocentos e quarenta e cinco mil) debêntures.

A oferta foi emitida com base nas deliberações:

- da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de abril de 2021 e;
- e re-ratificada em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2021 (em conjunto com as “RCAs da Companhia”).

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados conforme abaixo:

- i. A totalidade dos recursos obtidos com a série 1 será destinada a reforço do capital de giro;
- ii. A totalidade dos recursos obtidos com a série 2 será destinada para investimento, pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos projetos de grandes reparos (modernização) das usinas hidrelétricas denominadas Jupia e Ilha Solteira.

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas (“covenants”) previstas na escritura da 2ª emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de 1ª emissão.

Os juros remuneratórios da 2ª emissão de debêntures da série 1 correspondem a 100% da taxa DI acrescida de uma sobretaxa de 1,20% ao ano, para a série 2 os juros serão atualizados pela variação do IPCA acrescidos de juros de 4,63% ao ano.

14.2. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2021					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
1ª	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	120.000	8.854	128.854	120.000	(112)	119.888
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	-	8.556	8.556	240.000	49.747	289.747
2ª	1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	-	(31.646)	(31.646)	195.000	(559)	194.441
2ª	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	-	14.677	14.677	650.000	21.896	671.896
				120.000	441	120.441	1.205.000	70.972	1.275.972

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2020		
				Não circulante		
				Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
1ª	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	240.000	(524)	239.476
1ª	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	240.000	20.581	260.581
				480.000	20.057	500.057

14.3. Movimentação

	1ª emissão		2ª emissão		Total
	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	
Em 31 de dezembro de 2020	239.476	260.581	-	-	500.057
Captação de debêntures	-	-	195.000	650.000	845.000
Custo de transação	-	-	(1.118)	(20.805)	(21.923)
Capitalização de custos de transação	200	660	-	346	1.206
Capitalização de juros	13.134	17.785	-	17.452	48.371
Capitalização de variação monetária	-	27.423	-	39.580	67.003
Amortização de custo de transação	-	-	217	-	217
Apropriação de juros	-	-	7.464	-	7.464
Pagamento de juros	(4.068)	(8.146)	(38.768)	-	(50.982)
Em 31 de dezembro de 2021	248.742	298.303	162.795	686.573	1.396.413

14.4. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2023	2024	2025	2026	a partir de 2027	Total
Debêntures 1ª emissão série 1	119.888	-	-	-	-	119.888
Debêntures 1ª emissão série 2	1.131	167.075	121.541	-	-	289.747
Debêntures 2ª emissão série 1	373	194.068	-	-	-	194.441
Debêntures 2ª emissão série 2	2.081	2.081	2.081	2.081	663.572	671.896
	123.473	363.224	123.622	2.081	663.572	1.275.972

14.5. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

14.5.1. Covenants financeiros

No Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Primeira emissão:

- i. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0.
- ii. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
- iii. Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,90 (noventa centésimos), do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia, tendo por base as então mais recentes Demonstrações Financeiras Regulatórias (Aneel).

	2021	2020
Ebitda	2.581.288	2.409.122
Dívida Líquida ajustada (*)	2.298.741	2.358.173
Dívida total ajustada (*)	2.747.893	2.525.619
Capital Social	6.649.017	6.649.017
Resultado financeiro ajustado	202.445	308.041

Índice financeiro	Limites	2021	2020
Ebitda / Resultado financeiro	Igual ou superior 2,0	12,76	7,82
Dívida Líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,89	0,98
Dívida total / (Dívida total+Capital social)	Igual ou inferior a 0,9	0,29	0,28

(*) O valor não considera a dívida junto a partes relacionadas

14.5.2. Covenants não financeiros

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros mencionados anteriormente, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos da Primeira emissão, os quais vem sendo atendidas pela Companhia, dos quais destacamos os mais relevantes:

- i. Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, em valor superior a R\$ 72 milhões da 1ª emissão e R\$ 100 milhões da 2ª emissão;
- ii. Alteração societária que resulte na exclusão de forma direta ou indireta da Companhia, salvo se o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) direto(s) ou indireto(s) possuir(em) classificação de risco (rating) mínimo Aa1.br, conforme classificação atribuída pela Moody's, ou brAA+ pela Standard & Poor's, ou na falta desses, AA+(bra) pela Fitch Ratings
- iii. Cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a e b desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures;
- iv. Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativos ao serviço público de energia elétrica.

As outras cláusulas restritivas estão detalhadas na escritura de emissão de debêntures, disponível no site www.ctgbr.com.br/rio-parana-energia – “Investidores” – “Informação para investidores”.

15. Provisões para riscos

As provisões para as perdas decorrentes dos riscos classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que:

- haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados;
- é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e
- o valor puder ser estimado com segurança.

As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considera sua divulgação justificada.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas, ambientais e regulatórias.

Adicionalmente, em relação às ações de naturezas trabalhistas, fiscais, ambientais, e cíveis, cuja classificação de perda é possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, não há provisão constituída. A seguir, composição e estimativa.

15.1. Provisões para riscos

15.1.1. Composição

	2021	2020
Trabalhistas	1.420	174
Ambientais	1.053	816
Regulatórias	163.195	156.264
	165.668	157.254
Circulante	1.053	816
Não Circulante	164.615	156.438

15.1.2. Movimentação

	Trabalhistas	Ambientais	Regulatórias	Total
Em 31 de dezembro de 2020	174	816	156.264	157.254
Provisões	1.213	75	-	1.288
Variações monetárias	33	162	6.931	7.126
Em 31 de dezembro de 2021	1.420	1.053	163.195	165.668

a) Trabalhistas

A Administração da Companhia, baseada em levantamentos e pareceres elaborados pela área jurídica e por consultores jurídicos externos, registra provisões para cobrir as perdas e obrigações classificadas como prováveis, relacionadas às ações trabalhistas. O que em sua maioria discute ações ajuizadas por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços na Rio Paraná.

b) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2021, a Rio Paraná em razão do Acordo Judicial firmado com a CESP em Ação de Obrigação de Fazer, a qual se discutia a assunção da gestão e manutenção do zoológico. A partir de janeiro de 2020 a Rio Paraná assumiu a gestão do Zoológico. Pendente o ressarcimento do saldo do valor envolvido de R\$ 903, relativo a valores incorridos pela CESP. Além disso, foi celebrado Acordo Judicial com o Ministério Público Federal de Andradina em Ação Civil Pública envolvendo a manutenção da gestão e operação do Zoológico até 2025, bem como o pagamento do valor atualizado de R\$ 150, condicionada a renovação da Licença de Operação da UHE Jupia.

c) Regulatórias

Valor referente ao diferencial de alíquota PIS/COFINS entre o regime cumulativo e não cumulativo composto no preço dos Contratos de Compra e Venda de Energia, devido a possível mudança no Regime de Tributação de Lucro Presumido para Lucro Real.

15.2. Contingências possíveis

	2021	2020
Ambientais	1.251.648	1.063.095
Fiscais	499.028	478.578
Trabalhistas	11.044	11.854
Cíveis	4.781	3.920
	1.766.501	1.557.447

a) Ambientais

Em 31 de dezembro de 2021, as contingências ambientais do quadro acima são as que permitiram razoável segurança de estimativa de valor e com expectativa de perda possível. As variações na rubrica de contingências ambientais são decorrentes de novas ações judiciais ajuizadas em face da Companhia, envolvendo danos ambientais causados pela suposta inobservância dos preceitos legais relativos a:

- i. ocupações irregulares em APP e recuperação dos danos ambientais causados;
- ii. cumprimento das condicionantes das Licenças de Operação;
- iii. manutenção da cota/nível mínimo de operação do reservatório;
- iv. supostos prejuízos causados aos pescadores;
- v. cumprimento de Programas Ambientais. Abaixo, seguem detalhes dos principais processos ambientais:
 - 523 Ações Cíveis Públicas – movidas pelo Ministério Público Federal de Jales/SP em face da CESP e dos ocupantes irregulares, requerendo para a condenação:
 - i. recuperação da Área de Preservação Permanente – (“APP”);
 - ii. a demolição de edificações/ocupações irregulares (caso obrigação não seja cumprida pelos ocupantes);
 - iii. pagamento de indenização pelos danos ambientais irreversíveis a serem apurados em eventual perícia a ser designada nos autos. A Rio Paraná passou a integrar o polo passivo das ações como réu e os processos estão atualmente em andamento em primeira instância, em fase de instrução processual.

A chance de perda da Companhia é considerada como possível e o valor envolvido no caso não é passível de estimativa até o momento pois depende de perícia para apuração de custos relacionados às medidas de mitigação, recuperação e compensação das áreas, além da desmobilização das edificações irregulares existentes em APP.

- Ação Civil Pública ajuizada pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores, em 26/07/2018, em face da CESP e Rio Paraná, em decorrência de um blecaute ocorrido na UHE JUPIÁ em meados de 2009, em que houve redução na vazão de água do reservatório, ocasionando a mortandade de peixes, o que lhes renderam prejuízos de cunho material e moral, requerendo, o pagamento de indenização. Em primeira instância o processo foi julgado em desfavor da Confederação, tendo sido revertida a decisão em segunda instância, para que seja reiniciada a produção de provas. Desta decisão, a Rio Paraná interpôs Recurso Especial no STJ. Aguarda-se julgamento, pelo STJ, de recursos das partes sobre prescrição e distribuição do ônus da prova. O valor atualizado é de R\$ 1.239.292.
- A Rio Paraná recebeu em 2021 2 Autos de Infração lavrados pelo IMASUL e IBAMA, respectivamente, totalizando de R\$ 5.835, por supostos impactos ambientais decorrente de suposta mortandade de peixes relativo a baixos níveis do reservatório da UHE Jupia, e suposto uso de substância (dicloro isocianurato de sódio – MD-60) em desacordo com autorização ambiental. Em ambos os casos, foram apresentadas as Defesas Administrativas, aguardando-se julgamento pelos órgãos ambientais.
- A Rio Paraná também recebeu em 2021 uma Ação Civil Pública ajuizada pelo MPF de Três Lagoas/MS (“Ação Peixamento”), em que se discute o cumprimento da condicionante específica ambiental 2.1 da LO 1251/2014, em razão do suposto elevado decréscimo na soltura de variadas espécies de alevinos nos reservatórios das UHE’s Jupia e Ilha Solteira. O processo encontra-se suspenso a pedido das partes. O valor atualizado é de R\$ 5.305.

b) Fiscais

- Trata-se de um Mandado de Segurança com pedido liminar impetrado pela Rio Paraná em face da Receita Federal, em janeiro de 2018, no qual se discute a opção pelo Regime do Lucro Presumido nos anos de 2015 e 2016 em que a companhia obteve receita significativas com variação cambial positiva decorrente de um empréstimo realizado em moeda estrangeira (Dólar), que por se tratar de receita financeira não foi considerado na base de cálculo para fins de recolhimento de Tributos. Para concessão da liminar foi necessária a realização de um depósito judicial no valor de R\$ 420.000 em 30 de janeiro de 2018. Houve decisão desfavorável de primeira instância, mas as chances de êxito nesta demanda são consideradas pela administração, fundamentada pelos advogados da Companhia, como possível e o valor total envolvido neste caso considerando dezembro de 2021 é de R\$ 493.783.
- Processos Administrativos decorrentes de não homologação pela Receita Federal de pedidos de compensação de créditos IRRF e PIS. O valor para 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 4.397.

c) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, as contingências trabalhistas com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 11.044. As variações na rubrica de contingências trabalhistas são decorrentes do arquivamento de ações trabalhistas no período.

d) Cível

Em 31 de dezembro 2021, as contingências cíveis com expectativa de perda possível estão avaliadas no montante de R\$ 4.781. As variações na rubrica de contingências são decorrentes de processos cíveis.

16. Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos é feita para os acionistas da Companhia com base no seu Estatuto Social, e é reconhecida como um passivo em suas demonstrações contábeis regulatórias.

	Saldo em 2020	Dividendos intermediários / propostos	Dividendos pagos	Saldo em 2021
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	-	275.592	(269.358)	6.234
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	-	137.794	(134.677)	3.117
	-	413.386	(404.035)	9.351

17. Juros sobre capital próprio a pagar

O Estatuto Social da Companhia prevê que o montante de JSCP, pode ser deduzido do total de dividendos a pagar. O montante calculado está em conformidade com a legislação vigente e o benefício fiscal gerado é reconhecido na demonstração do resultado. A distribuição é feita para os acionistas da Companhia sendo reconhecida como um passivo em suas demonstrações contábeis regulatórias quando aprovados.

	Saldo em 2020	JSCP a pagar	JSCP pagos	Saldo em 2021
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	379.968	226.668	(379.969)	226.667
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	189.982	113.332	(189.981)	113.333
	569.950	340.000	(569.950)	340.000

18. Partes relacionadas

As partes relacionadas, são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.

18.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	2021	2020
Benefícios de curto prazo para administradores	4.174	4.074
Benefícios pós-emprego	180	152
	4.354	4.226

18.2. Composição

Com o intuito de criar sinergia entre os recursos, atendendo de maneira mais eficiente e econômica aos interesses das partes e seguindo as determinações da Resolução Normativa Aneel n.º 699, de 26 de janeiro de 2016, foram firmados os seguintes contratos:

- Compartilhamento de despesas, junto à China Three Gorges Brasil Energia Ltda, a partir de 10 de julho de 2017, de acordo com o Despacho Aneel n.º 2.756/2018.
- Contrato de prestação de serviços administrativos junto a CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda, e anuído pela Aneel conforme Despacho n.º 2.756/2018. A partir de 11 de novembro de 2021 os serviços prestados pela CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda passaram a integrar o contrato de compartilhamento de despesas, junto a CTG BR, conforme Despacho Aneel nº 3620/2021. Com esse aditivo, a partir de dezembro de 2021, a CTG BR assumiu as atividades antes prestadas pela CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.

	2021				2020		
	Ativo	Passivo			Passivo		
	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	-	5.463	-	5.463	4.068	-	4.068
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	-	-	-	-	2.138	-	2.138
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	370	-	370
CTG Trading Brasil	60.537	-	-	-	-	-	-
China Three Gorges (Luxemburgo) Energy S.A.R.L.	-	663.790	2.580.981	3.244.771	621.592	3.004.342	3.625.934
	60.537	669.253	2.580.981	3.250.234	628.168	3.004.342	3.632.510

18.3. Resultado

	2021				
	Venda de energia	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	-	-	(42.547)	-	(42.547)
Rio Verde Energia S.A.	-	(16.565)	-	-	(16.565)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	(4.322)	(4.322)
CTG Trading Brasil Ltda.	60.537	(60.018)	-	-	519
	60.537	(76.583)	(42.547)	(4.322)	(62.915)

	2020			
	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	-	(45.580)	-	(45.580)
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	(29.700)	-	-	(29.700)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	-	(4.511)	(4.511)
	(29.700)	(45.580)	(4.511)	(79.791)

18.4. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.

Em 22 de agosto de 2016, a Companhia assinou o Contrato de Cessão por meio do qual a ICBC Luxembourg concordou em ceder e transferir a China Three Gorges (Luxembourg) S.A.R.L., seus direitos e obrigações relacionados ao financiamento existente. A transação foi efetuada em dólar com juros de 6,20% para 2016 e de 4,29% a partir de 2017.

A taxa de conversão para 31 de dezembro de 2021 em dólar foi de R\$ 5,5805, conforme Banco Central do Brasil.

O contrato teve anuência do órgão regulador, conforme despacho Aneel nº 2.686, de 5 de outubro de 2016 através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF).

O contrato foi atualizado pelos juros e encargos financeiros, determinados e incorridos até a data desta demonstração contábil. Em 01 de março de 2019 foi celebrado o primeiro aditivo deste contrato mantendo as condições de juros, porém prolongando o valor de vencimento para 20 de maio de 2023 e alterando as parcelas de principal de \$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares) para \$ 57.812.500 (cinquenta e sete milhões, oitocentos e doze mil e quinhentos dólares) a partir de 20 de maio de 2019.

O contrato não possui nenhuma cláusula de *Covenants*.

18.4.1. Movimentação do contrato com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.

Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.625.934
Pagamento de principal	(607.622)
Pagamento de juros	(166.347)
Apropriação de juros	177.044
Variação cambial, líquida	228.637
Imposto de renda	(12.875)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.244.771

No dia 20 de maio de 2021 a Companhia realizou o pagamento de juros e principal do empréstimo de partes relacionadas com a empresa China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Ações Ordinárias (ON) são classificadas como patrimônio líquido.

19.2. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 6.649.017, equivalentes a 7.014.326.211 (sete bilhões, quatorze milhões, trezentos e vinte e seis mil, duzentos e onze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Posição acionária em 2021 e 2020		
	Ação ordinária	%
Acionistas		
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	2.338.108.737	33,33
	7.014.326.211	100,00

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem prévia concordância da ANEEL.

19.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

19.4. Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a elaboração das demonstrações financeiras do exercício e após manifestação da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, e posteriormente submetidas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação.

Dos resultados apurados serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda e tributos sobre o lucro. O lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- i. A Companhia deverá distribuir dividendos mínimos obrigatórios no valor de 25% dos lucros remanescentes aos acionistas;
- ii. Caso a distribuição de dividendos seja aprovada, o pagamento dos dividendos deverá ocorrer no ano subsequente

	2021	2020
Lucro líquido do exercício regulatório	1.247.964	527.196
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória	475.616	608.165
Lucro líquido do exercício societário	1.723.580	1.135.361
Constituição de reserva legal	86.179	56.768
Base de cálculo dos dividendos	1.637.401	1.078.593
Distribuições		
Dividendos	413.386	-
JSCP distribuído	400.000	380.000
	813.386	380.000
Distribuições mínimas obrigatórias (25%)	409.351	269.648
Distribuições adicionais	404.035	110.352

Os dividendos e reserva legal são calculados tomando-se como base o resultado societário.

Deliberações das distribuições:

Deliberações	Provento	Montante R\$ mil	Valor por ação R\$
RCA de 10/12/2021	Juros sobre capital próprio	400.000	0,00006
AGE de 24/11/2021	Dividendos	404.035	0,00006
AGE de 18/12/2020	Juros sobre capital próprio	380.000	0,00005

20. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede

20.1. Reconhecimento da receita

20.1.1. Suprimento de energia elétrica

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia reconhece a receita quando:

- i. O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- ii. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia;
- iii. Quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e Controlada, conforme descrição a seguir.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as eventuais contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e

estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

20.1.2. Receita de geração no Ambiente de Contratação Livre - ACL

Contratos negociados no ambiente de contratação livre, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais. Podem ser contratos de curto e longo prazo acordo com a estratégia interna da Companhia.

É reconhecida no resultado de acordo com as regras de mercado de energia elétrica, a qual estabelece a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador.

20.1.3. Receita de geração no Ambiente de Contratação Regulada - ACR

O valor da Receita Anual de Geração (RAG) pelo regime de cotas está previsto no contrato de concessão, que é recebida/auferida pela disponibilização das instalações da infraestrutura. Não depende da sua utilização pelos usuários do sistema nem está sujeita ao MRE. Compõe esse grupo, a receita de manutenção visando a não interrupção da disponibilidade de energia e, quando aplicável, a receita de construção da infraestrutura de concessão.

20.2. Receita operacional bruta (Energia elétrica vendida)

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Suprimento faturado						
ACR - Ambiente de contratação regulada (Cotas)	60	56	15.596.787	15.285.594	2.812.279	2.683.760
ACL - Ambiente de contratação Livre	60	37	4.996.822	5.438.673	928.649	894.058
MCP - Mercado de curto prazo	-	-	292.796	440.256	116.868	131.132
MRE - Mecanismo de realocação de energia	-	-	120.265	999.951	1.405	12.386
	120	93	21.006.670	22.164.474	3.859.201	3.721.336

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

20.3. Energia comprada para revenda

	MWh (*)		R\$	
	2021	2020	2021	2020
Contratos bilaterais	263.481	512.470	89.258	128.071
Mercado de curto prazo (MCP)	371.426	84.342	163.619	23.327
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	617.109	185.197	10.155	3.441
(-) Crédito de PIS	-	-	(4.416)	(3.228)
(-) Crédito de COFINS	-	-	(20.342)	(14.868)
	1.252.016	782.009	238.274	136.743

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

A energia comprada para revenda decorre da exposição relativa aos 30% da energia no mercado livre que está exposta aos efeitos do GSF. Essas compras podem ser realizadas em contratos bilaterais no mercado livre ou através do mecanismo de liquidação na CCEE, parte das compras visaram reduzir os efeitos do GSF.

20.4. Encargos de uso da rede elétrica

	2021	2020
TUST	511.216	474.254
TUSD	12.023	8.843
Encargos de conexão	112	145
(-) Crédito de PIS	(8.553)	(7.948)
(-) Crédito de COFINS	(39.395)	(36.608)
	475.403	438.686

As tarifas devidas pela Companhia e estabelecidas pela Aneel são: TUST, TUSD e Encargos de Conexão.

A TUST remunera o uso da Rede Básica, que é composta por instalações de transmissão com tensão igual ou superior a 230 kV. A parte de cada empresa do total do encargo é calculada com base em: (i) valor comum a todos os empreendimentos (selo), referente a aproximadamente 80% do encargo TUST, e (ii) valor que considera a proximidade do empreendimento de geração em relação aos grandes centros consumidores no caso da geração ou a proximidade em relação aos grandes centros geradores no caso das distribuidoras ou consumidores livres (locacional), referente a aproximadamente 20% do encargo TUST.

A TUSD remunera o uso do sistema de distribuição de uma concessionária de distribuição específica. As concessionárias de distribuição operam linhas de energia em baixa e média tensão que são utilizadas pelos geradores para ligar suas usinas à rede básica ou a centros de consumo.

O encargo de conexão da Rio Paraná é pago mensalmente para remunerar custos de O&M da entrada de linha em 230 kV na qual se conecta a usina.

21. Custos gerenciáveis – Parcela “B”

	2021				2020
	De operação	Gerais e administrativas	Atividade não vinculada ao SPEE	Total	
Gerenciáveis					
Pessoal e administradores	69.418	18.978	-	88.396	82.601
Material de manut. edif. obras civis benfeitorias	2	-	-	2	778
Material de manut. maquinas e equipamentos	3.555	-	-	3.555	5.950
Materiais e ferramentas de trabalho	618	-	-	618	304
Material para meio ambiente	28	-	-	28	118
Material - Outros	6.881	212	-	7.093	5.391
Serviços de terceiros - Consultorias	12.501	1.889	-	14.390	8.027
Serviços de terceiros - Vigilância e segurança	2.781	-	-	2.781	2.843
Serviços de terceiros - Limpeza e conservação	3.481	56	-	3.537	2.057
Serviços de terceiros - Meio ambiente	8.199	-	-	8.199	9.971
Serviços de terceiros - Energia elétrica	9	-	-	9	46
Serviços compartilhamento de infraestrutura	-	42.547	-	42.547	45.580
Serviços Manutenção	19.021	(5)	-	19.016	20.182
Serviços de terceiros - Outros	6.900	5.844	-	12.744	17.197
Depreciação	22.093	82	-	22.175	18.309
Amortização	455.782	513	-	456.295	461.312
Seguros	7.594	264	-	7.858	7.980
Aluguéis e arrendamentos	695	2.291	-	2.986	2.831
Outros	4.345	11.185	(225)	15.305	12.175
	623.903	83.856	(225)	707.534	703.652

22. Custos e despesas de benefícios a empregados

	2021	2020
Remuneração	47.027	41.476
Outros benefícios	14.730	16.772
Encargos	15.921	14.536
Previdência privada	1.794	1.873
Participação nos lucros e resultados	8.924	7.944
	88.396	82.601

23. Resultado financeiro

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, variações cambiais, juros sobre empréstimos e partes relacionadas e ajuste a valor presente.

	2021	2020
Receitas		
Aplicações financeiras	29.877	29.559
Variações monetárias	30.165	11.738
Depósitos judiciais	15.996	11.738
Inadimplência CCEE	14.169	-
Variação cambial ativa	487.961	664.959
Compensação financeira	5.071	-
Outras receitas financeiras	344	1.415
	553.418	707.671
Despesas		
Juros	(258.275)	(344.885)
Juros sobre debêntures	(7.464)	-
Juros sobre empréstimos	(73.461)	(77.724)
Juros sobre partes relacionadas	(177.044)	(265.049)
Juros outros	(306)	(2.112)
Variação cambial passiva	(716.598)	(1.692.397)
Variações monetárias	(8.503)	(5.350)
Provisões para riscos	(33)	(5)
Outras	(8.470)	(5.345)
Carta fiança	(389)	(464)
Outras despesas financeiras	(735)	(54)
	(984.500)	(2.043.150)
	(431.082)	(1.335.479)

24. Apuração do imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

24.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2021			2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL		1.673.665			593.589	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(418.416)	(150.630)	(569.046)	(148.397)	(53.423)	(201.820)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Juros sobre o capital próprio	100.000	36.000	136.000	95.000	34.200	129.200
Equivalência patrimonial de controlada	482	174	656	(108)	(39)	(147)
Doações incentivadas	11.140	-	11.140	9.161	-	9.161
Incentivos fiscais	48	1	49	920	-	920
Outras (adições) permanentes, líquidas	(3.426)	(1.235)	(4.661)	(2.843)	(1.033)	(3.876)
IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	(310.172)	(115.690)	(425.862)	(46.267)	(20.295)	(66.562)
IRPJ e CSLL correntes	291.628	109.014	400.642	244.313	91.591	335.904
IRPJ e CSLL diferidos	18.544	6.676	25.220	(198.046)	(71.296)	(269.342)
Total do IRPJ e CSLL do exercício com efeito no resultado	310.172	115.690	425.862	46.267	20.295	66.562
Ajustes correntes - Exercícios anteriores	(96)	(65)	(161)	(174)	5	(169)
Total do IRPJ e CSLL com efeito no resultado	310.076	115.625	425.701	46.093	20.300	66.393
	18,5%	6,9%	25,4%	7,8%	3,4%	11,2%

24.2. Tributos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis regulatórias.

Adicionalmente, são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações contábeis regulatórias e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível de legalmente compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

	2021			2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Variação cambial	232.088	83.552	315.640	211.942	76.299	288.241
Provisões para risco	6.883	2.478	9.361	5.150	1.854	7.004
Participação nos lucros e resultados	2.072	746	2.818	1.943	699	2.642
Outras provisões	1.419	511	1.930	1.606	578	2.184
Total	242.462	87.287	329.749	220.641	79.430	300.071
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Recuperação de custos de compra de energia pela extensão da concessão (acordo GSF)	(36.368)	(13.092)	(49.460)	-	-	-
Juros sobre depósitos vinculado	(19.491)	(7.017)	(26.508)	(15.492)	(5.577)	(21.069)
Total	(55.859)	(20.109)	(75.968)	(15.492)	(5.577)	(21.069)
Imposto diferido líquido	186.603	67.178	253.781	205.149	73.853	279.002

25. Lucro por ação

O cálculo básico e diluído de lucro líquido por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2021	2020
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	1.247.964	527.196
Denominador (Média ponderada em lote de mil ações)		
Ações ordinárias	7.014.326	7.014.326
Resultado básico e diluído por ações, em reais		
Ações ordinárias	0,17793	0,07516

A Companhia não tem ações com efeitos diluidores.

26. Instrumentos financeiros

26.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

26.1.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias:

- i. Mensurados ao valor justo através do resultado;
- ii. Mensurados ao custo amortizado;

A Administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo ou passivo financeiro foi adquirido. Nestas demonstrações financeiras, a Companhia classifica seus instrumentos financeiros como mensurado ao custo amortizado:

Mensurado ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras e operacionais, usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (*hedge accounting*).

26.1.2. Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

26.1.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

26.2. Mensuração do valor justo na data da aquisição

A Companhia mensura seus instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo na data da aquisição, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela

transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para a mensuração do valor justo não esteja disponível.

26.3. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

A Companhia participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir a exposição a riscos de mercado e de moeda. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	2021		2020	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	Nível 1	67	67	81	81
Aplicações financeiras	Valor justos por meio do resultado	Nível 1	449.085	449.085	167.365	167.365
Concessionária e permissionárias	Custo amortizado	Nível 2	325.675	325.675	482.974	482.974
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	493.870	493.870	477.820	477.820
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	60.537	60.537	-	-
			1.329.234	1.329.234	1.128.240	1.128.240
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	86.597	86.597	82.132	82.132
Encargos setoriais	Custo amortizado	Nível 2	89.620	89.620	89.345	89.345
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	3.250.234	3.250.234	3.632.510	3.632.510
Empréstimos	Custo amortizado	Nível 2	1.351.480	1.351.480	2.025.562	2.025.562
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	1.396.413	1.488.017	500.057	554.396
Juros sobre o capital próprio	Custo amortizado	Nível 2	340.000	340.000	569.950	569.950
Dividendos	Custo amortizado	Nível 2	9.351	9.351	-	-
			6.523.695	6.615.299	6.899.556	6.953.895

A companhia não realizou operações com derivativos nos exercícios de 2021 e 2020. Porém a Companhia possui exposição a variações cambiais em moeda estrangeira (Dólar).

27. Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização em R\$ milhares (*)
Risco operacional	04/08/2021 a 04/08/2022	1.000.000
Lucro cessante	04/08/2021 a 04/08/2022	701.032
Responsabilidade civil	04/08/2021 a 04/08/2022	150.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2021 a 04/08/2023	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2021 a 08/12/2022	150.000
Risco cibernético	08/09/2021 a 08/09/2022	20.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

28. Compromissos

28.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos ACL de venda de energia negociados até o ano de 2028, comprometimento no regime de cotas de garantia física até o ano de 2047 e contratos de compra até dezembro de 2026.

29. Demonstração de resultado do exercício segregado por atividade

	2021			2020			
	Geração	Atividade não vinculada ao SPEE	Total	Geração	Comercialização	Atividade não vinculada ao SPEE	Total
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
Suprimento de Energia Elétrica	3.740.928	-	3.740.928	3.721.336	-	-	3.721.336
Energia Elétrica de Curto Prazo	118.273	-	118.273	-	-	-	-
	3.859.201	-	3.859.201	3.721.336	-	-	3.721.336
Tributos							
ICMS	(3.373)	-	(3.373)	(4.251)	-	-	(4.251)
PIS-PASEP	(63.621)	-	(63.621)	(61.332)	-	-	(61.332)
Cofins	(293.043)	-	(293.043)	(282.498)	-	-	(282.498)
	(360.037)	-	(360.037)	(348.081)	-	-	(348.081)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(33.761)	-	(33.761)	(32.086)	-	-	(32.086)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(79.256)	-	(79.256)	(118.792)	-	-	(118.792)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(9.980)	-	(9.980)	(13.795)	-	-	(13.795)
	(122.997)	-	(122.997)	(164.673)	-	-	(164.673)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	3.376.167	-	3.376.167	3.208.582	-	-	3.208.582
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"							
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(238.274)	-	(238.274)	(136.794)	51	-	(136.743)
Recuperação de custo pela extensão da concessão do GSF	147.862	-	147.862	-	-	-	-
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição	(475.403)	-	(475.403)	(438.686)	-	-	(438.686)
	(565.815)	-	(565.815)	(575.480)	51	-	(575.429)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	2.810.352	-	2.810.352	2.633.102	51	-	2.633.153
Custos gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e Administradores	(88.396)	-	(88.396)	(82.601)	-	-	(82.601)
Material	(11.296)	-	(11.296)	(12.541)	-	-	(12.541)
Serviços de Terceiros	(103.223)	-	(103.223)	(105.903)	-	-	(105.903)
Arrendamento e Aluguéis	(2.986)	-	(2.986)	(2.831)	-	-	(2.831)
Seguros	(7.858)	-	(7.858)	(7.980)	-	-	(7.980)
Depreciação e Amortização	(478.470)	-	(478.470)	(479.621)	-	-	(479.621)
Outras Despesas Operacionais	(15.531)	226	(15.305)	(13.799)	-	1.624	(12.175)
	(707.760)	226	(707.534)	(705.276)	-	1.624	(703.652)
Resultado da atividade	2.102.592	226	2.102.818	1.927.826	51	1.624	1.929.501
Equivalência patrimonial	-	1.929	1.929	-	-	(433)	(433)
Resultado financeiro							
Receitas	553.418	-	553.418	707.671	-	-	707.671
Despesas	(984.500)	-	(984.500)	(2.043.150)	-	-	(2.043.150)
	(431.082)	-	(431.082)	(1.335.479)	-	-	(1.335.479)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	1.671.510	2.155	1.673.665	592.347	51	1.191	593.589
Despesa com impostos sobre o Lucro	(425.701)	-	(425.701)	(66.393)	-	-	(66.393)
Lucro líquido do exercício	1.245.809	2.155	1.247.964	525.954	51	1.191	527.196

30. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

30.1. Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		449.152	-	449.152	167.446	-	167.446
Concessionárias e permissionárias		325.541	-	325.541	482.974	-	482.974
Parte Relacionada		60.537	-	60.537	-	-	-
Tributos a recuperar		4.633	-	4.633	4.618	-	4.618
Despesas antecipadas		4.501	-	4.501	6.099	-	6.099
Serviços em curso		33.829	-	33.829	17.896	-	17.896
Ativo financeiro vinculado à concessão	1	-	1.119.444	1.119.444	-	1.201.356	1.201.356
Outros créditos		9.048	-	9.048	9.784	-	9.784
Total do ativo circulante		887.241	1.119.444	2.006.685	688.817	1.201.356	1.890.173
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Concessionárias e permissionárias		134	-	134	-	-	-
Despesas antecipadas		99	-	99	781	-	781
Impostos diferidos	2	253.781	281.588	535.369	279.002	(279.002)	-
Depósitos Judiciais		493.870	-	493.870	477.820	-	477.820
Ativo financeiro vinculado à concessão	1	-	10.290.980	10.290.980	-	9.290.512	9.290.512
		747.884	10.572.568	11.320.452	757.603	9.011.510	9.769.113
Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		1.132	-	1.132	-	-	-
Imobilizado	1	1.368.384	(1.331.069)	37.315	1.122.902	(1.111.794)	11.108
Intangível	1	11.212.009	(4.699.885)	6.512.124	11.505.591	(5.173.620)	6.331.971
Total do ativo não circulante		13.329.409	4.541.614	17.871.023	13.386.096	2.726.096	16.112.192
Total do ativo		14.216.650	5.661.058	19.877.708	14.074.913	3.927.452	18.002.365
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Fornecedores		86.597	-	86.597	82.132	-	82.132
Provisão de grandes reparos	4	-	267.280	267.280	-	67.135	67.135
Partes relacionadas		668.253	-	668.253	628.168	-	628.168
Encargos Setoriais		53.133	-	53.133	45.325	-	45.325
Empréstimos		676.480	-	676.480	675.562	-	675.562
Debêntures		120.441	-	120.441	-	-	-
Salários, provisões e contribuições sociais		20.325	-	20.325	19.740	-	19.740
Juros sobre o capital próprio - JSCP		340.000	-	340.000	569.950	-	569.950
Dividendos		9.351	-	9.351	-	-	-
Tributos a recolher		287.939	-	287.939	212.983	-	212.983
Provisões para riscos		1.053	-	1.053	816	-	816
Outras obrigações	3	-	1.618	1.618	935	1.316	2.251
Total do passivo circulante		2.264.572	268.898	2.533.470	2.235.611	68.451	2.304.062
Não circulante							
Provisão de grandes reparos	4	-	1.642.613	1.642.613	-	1.389.292	1.389.292
Encargos setoriais		36.487	-	36.487	44.020	-	44.020
Empréstimos		675.000	-	675.000	1.350.000	-	1.350.000
Debêntures		1.275.972	-	1.275.972	500.057	-	500.057
Partes relacionadas		2.580.981	-	2.580.981	3.004.342	-	3.004.342
Impostos diferidos	2	-	1.507.785	1.507.785	-	703.116	703.116
Provisões para riscos		164.615	-	164.615	156.438	-	156.438
Outros Passivos Não Circulantes	3	-	4.522	4.522	-	4.969	4.969
Total do passivo não circulante		4.733.055	3.154.920	7.887.975	5.054.857	2.097.377	7.152.234
Total do passivo		6.997.627	3.423.818	10.421.445	7.290.468	2.165.828	9.456.296
Patrimônio líquido	5						
Capital social		6.649.017	-	6.649.017	6.649.017	-	6.649.017
Lucros retidos		570.006	2.237.240	2.807.246	327.022	-	327.022
Reserva de lucros		-	-	-	-	1.570.030	1.570.030
Proventos Excedentes		-	-	-	(191.594)	191.594	-
Total do patrimônio líquido		7.219.023	2.237.240	9.456.263	6.784.445	1.761.624	8.546.069
Total do passivo e patrimônio líquido		14.216.650	5.661.058	19.877.708	14.074.913	3.927.452	18.002.365

30.2. Demonstração do Resultado Regulatório e Societário

	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
Suprimento de Energia Elétrica	1	3.740.928	(275.979)	3.464.949	3.721.336	(270.637)	3.450.699
Energia Elétrica de Curto Prazo		118.273	-	118.273	-	-	-
Outorga	2	-	1.194.536	1.194.536	-	686.825	686.825
		3.859.201	918.557	4.777.758	3.721.336	416.188	4.137.524
Tributos							
ICMS		(3.373)	-	(3.373)	(4.251)	-	(4.251)
PIS-PASEP		(63.621)	-	(63.621)	(61.332)	-	(61.332)
COFINS		(293.043)	-	(293.043)	(282.498)	-	(282.498)
		(360.037)	-	(360.037)	(348.081)	-	(348.081)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(33.761)	-	(33.761)	(32.086)	-	(32.086)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(79.256)	-	(79.256)	(118.792)	-	(118.792)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(9.980)	-	(9.980)	(13.795)	-	(13.795)
		(122.997)	-	(122.997)	(164.673)	-	(164.673)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		3.376.167	918.557	4.294.724	3.208.582	416.188	3.624.770
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"							
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(238.274)	-	(238.274)	(136.743)	-	(136.743)
Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição		(475.403)	-	(475.403)	(438.686)	-	(438.686)
Recuperação de custo pela extensão da concessão do GSF		147.862	-	147.862	-	-	-
		(565.815)	-	(565.815)	(575.429)	-	(575.429)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		2.810.352	918.557	3.728.909	2.633.153	416.188	3.049.341
Custos gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e Administradores		(88.396)	-	(88.396)	(82.601)	-	(82.601)
Material		(11.296)	-	(11.296)	(12.541)	-	(12.541)
Serviços de Terceiros		(103.223)	-	(103.223)	(105.903)	-	(105.903)
Arrendamento e Aluguéis	4	(2.986)	2.067	(919)	(2.831)	1.627	(1.204)
Seguros		(7.858)	-	(7.858)	(7.980)	-	(7.980)
Depreciação e Amortização	3	(478.470)	210.774	(267.696)	(479.621)	227.372	(252.249)
Outras Despesas Operacionais		(15.305)	-	(15.305)	(12.175)	-	(12.175)
		(707.534)	212.841	(494.693)	(703.652)	228.999	(474.653)
Resultado da atividade		2.102.818	1.131.398	3.234.216	1.929.501	645.187	2.574.688
Equivalência patrimonial		1.929	-	1.929	(433)	-	(433)
Resultado financeiro	5						
Receitas		553.418	-	553.418	707.671	-	707.671
Despesas		(984.500)	(411.703)	(1.396.203)	(2.043.150)	276.264	(1.766.886)
		(431.082)	(411.703)	(842.785)	(1.335.479)	276.264	(1.059.215)
Resultado antes dos impostos sobre os lucros		1.673.665	719.695	2.393.360	593.589	921.451	1.515.040
Despesa com Impostos sobre o Lucro	6	(425.701)	(244.079)	(669.780)	(66.393)	(313.286)	(379.679)
Lucro líquido do exercício		1.247.964	475.616	1.723.580	527.196	608.165	1.135.361

30.3. Detalhamento das diferenças de práticas contábeis – Nota de ajuste

30.3.1. Balanço Patrimonial

Em 2021 a Rio Paraná apresentou as seguintes naturezas de ajustes entre as bases regulatória e societário:

1. Ativo financeiro vinculado à concessão, imobilizado e intangível

	2021	2020
Imobilizado - Regulatório	1.368.384	1.122.902
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
IFRS16 - Contratos de locação	5.600	5.835
Imobilizado Modernização - em serviço	(510.079)	(451.373)
Projetos de Modernização e adiantamentos - em curso	(777.407)	(598.743)
Depreciação pela concessão	1.796	-
Transferência de em curso imobilizado para Intangível	(50.979)	(67.513)
	(1.331.069)	(1.111.794)
Imobilizado - Societário	37.315	11.108

	2021	2020
Intangível - Regulatório	11.212.009	11.505.591
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Bonificação para Outorga	(7.210.823)	(7.506.050)
Projetos em andamento - Grandes Reparos	2.459.959	2.264.917
Transferência de em curso imobilizado para Intangível	50.979	67.513
	(4.699.885)	(5.173.620)
Intangível - Societário	6.512.124	6.331.971

Outorga

Os ajustes de outorga são decorrentes da contabilização da outorga de forma bifurcada conforme ICPC 01 e IFRIC 12.

Do montante pago na assinatura do contrato pelo direito de concessão R\$13.803.752, 65% do Retorno da Bonificação pela Outorga é garantido pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, portanto a Companhia classificou como ativo financeiro para fins societários. Para os 35% restantes (R\$ 4.796.492), a Companhia classificou como ativo intangível. Ambas as classificações estão em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Para fins de demonstrações contábeis regulatórias, 100% do valor pago pela outorga foi classificado como intangível.

	Ativo Financeiro	Intangível	Outorga
Saldo societário em 31 de dezembro de 2020	10.491.868	3.997.077	14.488.945
Amortização	-	(157.211)	(157.211)
Juros e atualização monetárias	1.992.571	-	1.992.571
Liquidação juros e atualização monetária	(805.159)	-	(805.159)
Liquidação principal	(268.856)	-	(268.856)
Saldo societário em 31 de dezembro de 2021	11.410.424	3.839.866	15.250.290
Saldo regulatório em 31 de dezembro de 2020	-	11.503.127	11.503.127
Amortização	-	(452.438)	(452.438)
Saldo regulatório em 31 de dezembro de 2021	-	11.050.689	11.050.689
Societário x regulatório			
2020	10.491.868	(7.506.050)	2.985.818
2021	11.410.424	(7.210.823)	4.199.601

2. Imposto diferidos

Os ajustes são decorrentes do efeito na base de cálculo dos impostos, basicamente em função dos registros societários realizados relativos à outorga e provisão de projetos para grandes reparos.

3. Outras obrigações – IFRS 16

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. O valor apresentado no societário é de R\$ 6.140 (R\$ 1.618 no passivo circulante e R\$ 4.522 no passivo não circulante)

4. Provisões para grandes reparos

O ajuste refere-se ao valor registrado no societário, no montante de R\$ 1.909.893 (R\$ 267.280 no passivo circulante e R\$ 1.642.613 no não circulante), relativo à grandes manutenções obrigatórias, para que a concessão opere nos níveis estabelecidos no contrato de concessão e que não implicam em receita adicional e referem-se à obrigação existente na data de assinatura do Contrato de Concessão.

Essa provisão é trazida a valor presente pela taxa de desconto que melhor reflete o custo de captação da Companhia, reconhecida contra o ativo intangível no início do contrato de serviço, pois o passivo será considerado como uma contraprestação em consequência do contrato.

Para fins regulatórios, os ativos são reconhecidos conforme custo incorrido, e não são passíveis de amortização, pois ainda não estão em operação. Nas demonstrações contábeis regulatórias não existe esse tipo de provisão.

5. Patrimônio líquido

Os ajustes apresentados no patrimônio líquido, referem-se aos efeitos dos ajustes acumulados do resultado entre o regulatório e societário, que em 2021 representa um aumento de R\$ 475.616 e em 2020 um aumento de R\$ 608.165.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2021	2020
Patrimonio líquido societário	9.456.263	8.546.069
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Reembolso da outorga	2.566.354	2.290.375
Atualização do ativo financeiro	(4.969.518)	(3.774.982)
Diferença nas taxas de depreciação	(1.421.939)	(1.211.165)
IFRS 16 - Contratos de locação	(5.023)	(2.956)
Ajuste a valor presente na provisão para grandes reparos	366.689	(45.014)
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	1.226.197	982.118
	(2.237.240)	(1.761.624)
Patrimonio líquido regulatório	7.219.023	6.784.445

30.3.2. Demonstração do Resultado

1. Suprimento de energia elétrica

O ajuste refere-se à parcela de reembolso da outorga, que para fins regulatórios são reconhecidos no resultado ao invés de baixa de ativo financeiro da Receita pela Bonificação de Outorga (baixa do recebível).

2. Outorga

O efeito é decorrente da atualização do ativo financeiro pelo IPCA e apropriação do Ajuste a Valor Presente (AVP), registrados no societário.

3. Depreciação e amortização

O efeito é decorrente da diferença da depreciação e amortização da base regulatória (ANEEL) para a base societária. A taxa de depreciação e amortização utilizada, são as determinadas pela ANEEL.

4. Arrendamento e Aluguéis

Refere-se a amortização da contabilização do direito de uso no societário (IFRS 16) e a despesa de aluguel reconhecido no regulatório.

5. Resultado financeiro

Os ajustes em receitas e despesas financeiras são decorrentes do efeito AVP (ajuste a valor presente) da provisão para grandes reparos registrados no societário.

6. Despesas com impostos sobre os lucros

Os ajustes são decorrentes do efeito na base de cálculo dos impostos, conforme os itens anteriormente mencionados.

30.4. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2021	2020
Lucro líquido do exercício conforme contabilidade societária	1.723.580	1.135.361
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Na receita		
Reembolso da outorga	275.979	270.637
Atualização do ativo financeiro	(1.194.536)	(686.825)
	(918.557)	(416.188)
Nos custos gerenciáveis		
Diferença nas taxas de depreciação	(210.774)	(227.372)
IFRS 16 - Contratos de locação	(2.067)	(1.627)
	(212.841)	(228.999)
No resultado financeiro		
Reclassificações gerais	-	-
Ajuste a valor presente na provisão para grandes reparos	411.703	(276.264)
	411.703	(276.264)
No imposto sobre os lucros		
Tributos sobre os ajustes de práticas contábeis	244.079	313.286
	244.079	313.286
Lucro líquido do exercício conforme contabilidade regulatória	1.247.964	527.196

Membros da Administração

Conselho de Administração

Jianqiang Zhao
Presidente

Yujun Liu
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

Jose Renato Domingues
Conselheiro

Cao Xingyang
Conselheiro

Zhigang Chen
Conselheiro

Diretoria

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor Presidente

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Anderson Vitor Pereira Tonelli
Diretor

Cesar Teodoro
Diretor

Yan Yang
Diretor

Márcio José Peres
Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor de Controladoria

Antonio dos Santos Entraut Junior
Contador -CRC PR-068461/O-1